

ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA
Por um anno 10\$000
Por seis mezes 5\$600
Por tres mezes 3\$600

Avulso por folha \$040
Anuncios, por linha \$060

A correspondencia official da capital de-se dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
3.ª Repartição - 3.ª Secção

Usando da authorisação conferida ao governo pela lei de 4 de junho do anno passado, conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem conceder ao padre Manuel de Almeida Branco a pensão annual e vitalicia de 120\$000 réis em attenção aos serviços que prestou, e á caridade e zelo com que assistiu aos doentes de cholera morbus em 1856 na qualidade de parochio, que foi, da freguezia de S. Simão da Verdella, no concelho do Cadaval, serviços de que lhe proveu a impossibilidade em que se achava de exercer as funções de seu ministerio sacerdotal.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 27 de fevereiro de 1860. — REI. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS
4.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista das informações recebidas do vigário capitular do bispado do Porto, resolver que se abra concurso para o provimento das igrejas parochias de Santa Maria de Frende no concelho de Baião, S. Christovão do Muro no concelho de Santo Thyrso, e Santa Maria de Teixeira no concelho de Baião, todas no bispado do Porto; observando-se, quanto aos actos dos concursos o que se acha determinado na portaria circular de 30 de agosto de 1847 (*Diario* n.º 205), e pelo que respecta ao prazo d'elles o que se dispoz na portaria de 24 de fevereiro de 1849 (*Diario* n.º 49). O que o mesmo augusto senhor manda assim participar ao vigário capitular do bispado do Porto, para sua intelligencia e mais effeitos necessarios.

Paço das Necessidades, em 24 de fevereiro de 1860. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista da informação e parecer do reverendo archiepiscopo primaz de Braga, resolver que se abra concurso para o provimento das igrejas parochias vagas na diocese primaz, constantes da relação junta; observando-se quanto aos actos do concurso o que se acha determinado na portaria circular de 30 de agosto de 1847 (*Diario* n.º 205), e pelo que respecta ao prazo d'elles o que se dispoz na portaria de 1.º de fevereiro de 1849 (*Diario* n.º 32). O que o mesmo augusto senhor manda assim participar ao reverendo archiepiscopo primaz de Braga, para sua intelligencia e mais effeitos.

Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Relação das igrejas vagas na diocese primaz de Braga, a que se refere a portaria dirigida n'esta data ao reverendo archiepiscopo primaz

Abade do Neiva (Santa Maria) concelho de Barcellos.
Arcosello (S. Thiago) dito de Ponte de Lima.
Choreuse (Santa Maria) dito de Terras do Bouro.
Lamas (Santa Maria) dito de Braga.
Loivos (S. Giraldo) dito de Chaves.
Lordello (Santa Maria) dito de Monção.
Meslim (S. Paio) dito de Braga.
Moreira (Santa Maria) dito de Monção.
Panque (Santa Eulalia) dito de Barcellos.
Perre (S. Miguel) dito de Vianna.
Requão (S. Silvestre) dito de Villa Nova de Famalicão.
Sabadin (Salvador) dito de Arcos.
Veiga de Lilla (S. Pedro) dito de Val Passos.
Victorino das Donas (Salvador) dito de Ponte de Lima.

Villazes (Santa Catharina) dito de Alfandega da Fé.
Vimieiro (Sant'Anna) dito de Braga.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e direcção geral dos negocios ecclesiasticos, em 29 de fevereiro de 1860. — No impedimento do conselheiro director geral, Luiz de Freitas Branco, sub-director geral.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES INDIRECTAS

4.ª ANUNCIO

Por participação do sub-director da alfandega de Peniche, consta que o dia 28 de fevereiro ultimo varará na praia do sul d'aquella villa a polaca hespanhola *Marianita*, capitão D. Martinho Francisco Alvares, procedente de Malaga, carregada de vinho, azeite, sabão e esparto, com destino para Villa Garcia, tendo-se salvado a tripulação. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

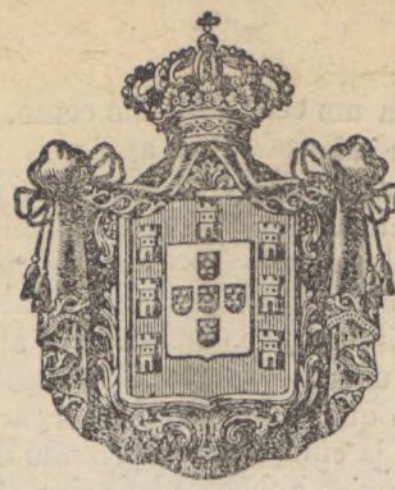
Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 7 de março de 1860. — Nuno José Gonçalves.

DIRECCÃO GERAL DA CONTABILIDADE

2.ª Repartição

Anuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido Manuel Diniz de Oliveira, como cessionario do fallecido Ignacio Caetano do Carmo Martins, o pagamento do vencimento que a este se ficou devendo, na qualidade de contínuo da administração da casa da moeda e papel sellado; a fim de que qualquer pessoa, que se julgar com melhor direito ao dito vencimento, ou a parte d'elle, requiera por esta repartição, dentro do prazo de 60 dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a mencionada pertença.

Segunda repartição da direcção geral da contabilidade, 6 de março de 1860. — Sebastião José Pedrosa.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

DIRECCÃO GERAL DA TRESOURARIA

Em continuação do annuncio inserto no *Diario de Lisboa*, n.º 47, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 9 do corrente, dos vencimentos do mez de fevereiro de 1860 das seguintes classes:

Academia de bellas artes.
Academia real das sciencias.
Archivo da torre do tombo.
Bibliotheca publica.
Estado maior de engenharia.
Dito de artilheria.
Governos de praças e fortalezas.
Arsenal do exercito.
Secretario do conselho geral de beneficencia.
Primeiro batalhão de veteranos.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 7 de fevereiro de 1860. — Joaquim José do Nascimento Lupi.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de minas

2.ª Secção

Tendo requerido José Antonio Varella que, nos termos do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852, se lhe concedesse a certidão dos direitos de descoberta de uma mina de cobre, sita na herdade do Castello, freguezia de S. Manços, concelho e districto do Evora;

Vistos os documentos por onde se prova que o requerente satisfaz a todos os quesitos do artigo 12.º do citado decreto;

Visto o relatório do engenheiro José Augusto Cezar das Neves Cabral, inspector das minas do segundo districto do reino, que examinou a posição do jazigo e verificou a existencia do deposito, como determina o artigo 13.º do mesmo decreto;

Que o parecer do conselho de minas, interposto na sua consulta de 3 do corrente mez, no qual é considerado o requerente legalmente habilitado na qualidade de descobridor da mina de que se trata: Ha por bem Sua Magestade El-Rei, conformando-se com a mencionada consulta do conselho de minas, declarar:

1.º Que o supplicante é reconhecido como proprietario legal da descoberta da mina de cobre, sita na herdade do Castello, freguezia de S. Manços, concelho e districto do Evora, cuja posição se acha topographicamente designada na planta que, por copia, acompanha a presente portaria.

2.º Que os limites da demarcação provisoria da referida mina, designados na planta junta com traços de cor vermelha, abrangem um quadrilatero ABCD traçado pela forma seguinte: do monte do Freixo, sobre a margem direita da ribeira do mesmo nome, e a partir do angulo septentrional da eira, tire-se uma linha de setecentos e vinte metros na direcção de O. 15° N. magnetico, e juntem-se os extremos d'esta linha com o monte do ribeiro e com a anta dos mouros, proximo ao ribeiro de S. Manços, ficando assim fechado o referido quadrilatero ABCD, comprehendendo uma superficie de um milhão duzentos e quatorze mil e quatrocentos metros quadrados.

3.º Que, nos termos do artigo 14.º do citado decreto, são concedidos ao supplicante seis mezes, contados da publicação d'este titulo no *Diario de Lisboa*, para organizar uma companhia, ou mostrar que tem os fundos necessarios para a lavra; na intelligencia de que, não se habilitando n'estes termos dentro d'aquelle prazo improrrogavel, será a concessão d'esta mina posta a concurso, na conformidade da lei.

4.º Que, pelo presente diploma, são conferidos ao supplicante, para todos os effeitos legais, segundo as disposições do predito artigo 13.º, os direitos que lhe competem como descobridor da mencionada mina.

O que tudo se communica ao supplicante, para seu conhecimento e mais effeitos; ficando obrigado a apresentar n'este ministerio certidão de haver feito registrar na respectiva camara municipal a presente portaria, sem o que não terá inteira validade.

Paço, em 18 de janeiro de 1860. — Antonio de Serpa Pimentel.

Para José Antonio Varella.

DIRECCÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Para conhecimento de quem interessar se publica o seguinte

AVISO AOS NAVEGANTES

ATLANTICO, SUL, RIO DA PRATA

PHAROL DE LUZ FIXA NA PONTE DE ESTE

Pelo ministerio da guerra e marinha de Montevideo se avison, que, desde 1 de março de 1860 inclusive, seria acceso um pharol no edificio construido sobre a ponte de este, que forma o lado oriental da bacia de Maldonado, no lado de norte da entrada do rio da Prata.

O pharol é uma luz branca fixa a 152 pés de elevação sobre o nivel do mar, e pôde avistar-se em tempo claro a 20 milhas aproximadamente de distancia.

O apparelho de illuminação será dioptrico ou de lentes reflectidoras.

A torre tem 90 pés de altura, e demora a 34° 58' de latitude S., e 54° 56' de longitude occidental de Greenwich.

Interrupção do pharol da ilha de Lobos. Será interrompido, desde o dia acima mencionado, o pharol da ilha de Lobos.

Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 10 de dezembro de 1859.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 6 de março de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

2.ª Secção

Attendendo ao que me representaram Carlos Perratore e J. J. Cail & Comp., residentes em Paris, pedindo privilegio por dez annos como inventores de um apparelho mechanico destinado a empregar como molas para utilizar a força dos corpos elasticos; para o que satisfizeram as disposições do de-

creto de 31 de dezembro de 1852: hei por bem conceder aos ditos Carlos Perratore e J. J. Cail & Comp.ª patente de invenção para o apparelho acima mencionado pelos referidos dez annos, durante os quaes ficarão postos sob guarda e defenza da lei os seus direitos de propriedade da dita invenção; sem exame prévio, e não garantindo a respectiva patente a realidade, prioridade, nem merecimento do objecto a que diz respeito, para o que fica salvo o direito de terceiro e tudo sujeito ás obrigações e clausulas contidas no supracitado decreto e prévio pagamento dos direitos que deverem. Do que se passará pelo ministerio respectivo o diploma competente.

O ministro e secretario d'estado das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 25

de janeiro de 1860. — REI. — Antonio de Serpa Pimentel.

Para conhecimento do publico, e principalmente da classe industrial, se declara que n'esta data se remetteu para o instituto industrial de Lisboa, na conformidade da disposição do artigo 25.º do decreto de 31 de dezembro de 1852, o duplicado da descripção e desenho do privilegio concedido a Carlos Perratore e J. J. Cail & Com.ª para apparelhos mechanicos destinados a empregar como molas para utilizar a força dos corpos elasticos, não só para a necessaria instrucção dos industriais, mas tambem para os effeitos legais que resultam do já citado decreto que regula a concessão dos privilegios.

Repartição do commercio e industria, 6 de março de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em fevereiro de 1860, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CRUADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 16....	Entrada, nacionaes.....	36	54	—	—	—	—	—	38	40
	Existencia.....	1304	2	1370	54	1292	54	1534	28	519
Dia 17....	Entrada, nacionaes.....	36	54	—	—	—	—	—	48	40
	Existencia.....	1665	37	1360	37	1841	8	1534	28	568
Preços.....		640 a 860		360 a 410		380 a 500		400 a 460		—
Dia 23....	Entrada, nacionaes.....	72	54	2	48	—	—	—	20	30
	Existencia.....	1439	16	1298	57	1878	6	1380	1	521
Dia 24....	Entrada, nacionaes.....	100	59	10	—	—	—	—	2	6
	Existencia.....	1480	58	1307	17	1870	6	1377	1	506
Preços.....		720 a 840		360 a 420		430 a 500		410 a 450		—

Repartição de agricultura, em 28 de fevereiro de 1860. — Rodrigo de Moraes Soares.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A primeira sessão terá logar na sexta-feira 9 do corrente, sendo a ordem do dia a que já se achava dada para a sessão de hoje.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 7 de março de 1860. — Diogo Augusto de Castro Constancio.

EDITAL

A commissão revisora do recenseamento do bairro de Alcântara faz publico que, em cumprimento do disposto no artigo 14.º do decreto de 23 de novembro de 1859, fez affixar nas portas das respectivas igrejas parochias copias das alterações, que em virtude de reclamações occorrem no recenseamento geral de eleitores, elegiveis, e jurados, do dito bairro, e que, segundo o disposto no artigo 16.º do citado decreto, poderão ser interpostos até ao dia 21 do corrente os recursos que houverem de se intentar para o respectivo juiz de direito. E para constar se mandou affixar o presente.

Lisboa, 7 de março de 1860. — O presidente, Manuel Fernandes Chaves.

REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Quem quizer fornecer, a prompto pagamento, generos de mercearia, pão, leite, lenha, e toucinho, para consumo do hospital militar permanente de Lisboa, no proximo trimestre, poderá comparecer no dia 16 do corrente, pelas dez horas da manhã, no dito hospital, á Estrella, onde, perante a commissão administrativa do mesmo, terá logar a arrematação com as condições n'este acto presentes.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VIANNA DO CASTELLO

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Vianna do Castello, no mez de janeiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS EM VIANNA DO CASTELLO, E SUAS DIRECCOES						
De posta interna.....	—	—	112	158	1637	22
Do reino e ilhas.....	6710	4676	215	51	—	—
De Hespanha.....	—	—	5	1	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	25	5	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	14	31	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	310	9	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	14968	6501	15929	2082	2123	27
Para Hespanha.....	—	—	1401	54	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	—	—	62	46	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	276	8	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	10	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	21678	11267	18359	2445	3760	49
No mez de janeiro de 1859 o movimento da correspondencia foi de	22671	13417	15595	3387	2148	28

Pelo motivo de falta de sellos existe por expedir 1 carta para portos estrangeiros por navios.

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Vianna do Castello, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Vianna do Castello, em 1.º de fevereiro de 1860. — O administrador, João Pereira da Rocha Paris.

PRIMEIRA DIVISÃO MILITAR

Sua ex.ª o sr. tenente general conde de Santa Maria, commandante da divisão, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 19 do presente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça n'este quartel general, na rua de S. José, o fornecimento de rações de pão para a tropa estacionada no districto d'esta divisão, e as forragens para os cavallos e muires dos regimentos de artilheria e cavallaria, desde o 1.º de abril até 30 de junho do corrente anno, observando-se as disposições do artigo 44.º do regulamento de 18 de setembro de 1844, portaria de 25 de maio do anno proximo passado, publicada no *Diario do Governo* de 27 do mesmo, n.º 123, e as clausulas e declarações con-

signadas no contrato do fornecimento actualmente em vigor.

Sua ex.ª o sr. tenente general conde de Santa Maria, commandante da divisão, em consequencia de ordens recebidas do ministerio da guerra, manda convidar todas as pessoas que pertenderem arrematar o fornecimento de rações de verde no presente anno, para as cavalgaduras dos corpos de artilheria e cavallaria, existentes na mesma divisão, a comparecerem n'este quartel general, na rua de S. José, no dia 22 do corrente, pelas dez horas da manhã, e apresentarem por essa occasião as suas propostas, para entrarem em licitação, na intelligencia de que os arrematantes ficam obrigados a todas as condições estabelecidas a este respeito no

ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA

Por um anno 12\$000
Por seis mezes 6\$600
Por tres mezes 3\$600

Communicados e correspondencias, por linha \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

regulamento para a organização da fazenda militar, de 18 de setembro de 1844, e a principiarem o fornecimento, tanto para os potros, como para os cavallos velhos, nos dias que lhes forem designados pelos respectivos conselhos administrativos.

Quartel general da 1.ª divisão militar, em 6 de março de 1860. — José Osorio de Castro Cabral de Albuquerque, addido ao chefe do estado maior.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 9 de março corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de 200 metros de serafina branca para consumo da armada.

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 10 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de 20 pipas de vinho tinto para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 6 de março de 1860. — Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 7 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 76 srs. deputados.

O sr. Presidente: — declara aberta a sessão.

Acta approvada.

E introduzido na sala e presta juramento o sr. Roberto Charters.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Frederico de Mello, de que o sr. Aragão, por incommodo de saude, não pôde comparecer á sessão de hoje. — *Inteirada*.

2.º Do sr. Santos Lessa, de que o sr. Telles de Vasconcellos não tem comparecido a algumas sessões, e nem o poderá fazer ainda, por incommodo de doença. — *Inteirada*.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Mendes de Vasconcellos, participando, que, por lhe ser absolutamente impossivel, não pôde comparecer á sessão de hoje. — *Inteirada*.

2.º Do ministerio do reino, acompanhando 13 relações dos cidadãos habilitados para serem eleitos deputados nos concelhos do districto da Guarda. — *Para o archivo*.

3.º Do ministerio da fazenda, acompanhando a nota, pedida pelo sr. Arrobas, do café importado de Cabo Verde, e despachado na alfandega grande de Lisboa nos tres annos de 1857 a 1859, com declaração do respectivo peso e direitos que pagou. — *Para a secretaria*.

4.º Do ministerio das obras publicas, dando os esclarecimentos pedidos pelos srs. Placido de Abreu e José Estevo, sobre a despeza feita com o canhão de ferro de leste; o declarando que em quanto á nota das despesas feitas com a estrada, em quanto na respectiva repartição se não ultimarem os trabalhos que se estão fazendo, poderão aquelles srs. deputados encontrar no *Diario de Lisboa* n.º 52, de 30 de dezembro de 1859, uma nota d'essa despeza feita até 30 de junho d'a

de Bragança.—O deputado pelos Arcos, Plácido de Abreu.

Manda-se fazer a comunicação respectiva. Tem segunda leitura a seguinte proposta: Renova a iniciativa do projecto n.º 65, que foi apresentado pela comissão de organização e administração militar, em sessão de 24 de fevereiro de 1858, sobre a pretensão do alferes de veteranos José da Fonseca.—Cyrillo Machado.

É admitida e enviada à comissão de guerra. O sr. Alves Martins:—chama a atenção do sr. ministro das obras publicas sobre os trabalhos telegraphicos e estradas ordinarias da provincia de Trás os Montes, e sobretudo da estrada marginal do Douro.

Crê que é a unica provincia que não tem as capitães dos seus districtos ligadas com a capital do reino por uma linha telegraphica, e não sabe que embarços tenham occorrido para que se não realissem as promessas que s. ex.ª fez no anno passado.

Está convencido de que não é por falta de desejos da sua parte, mas pede-lhe que active aquellos trabalhos, para que aquella provincia possa gozar d'aquelles melhoramentos o mais brevemente possivel.

Em quanto á estrada principal da Regua até Bragança, e á estrada marginal do Douro, deseja que s. ex.ª preste a maior attenção a estes trabalhos, dizendo á camara o estado em que se acham os fundos applicados para aquella estrada, e no caso que essa quantia esteja gasta, peça á camara nova consignação. Devido o nobre ministro notar, que uma das condições mais essenciaes para a estrada marginal do Douro, e para que produza os resultados que se têm em vista, é mandar fazer as estradas perpendiculares a ambas as margens do rio.

Deseja por ultimo saber, se s. ex.ª ainda está na idéa, como lhe disse na sessão passada, de reformar a legislação vinicola, e o estabelecimento de um banco rural para o Douro.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—O governo, convencido, de que a provincia de Trás os Montes é a que tem sido menos contemplada nos melhoramentos que se tem decretado sobre a viação publica, contemplançava uma parte das principais estradas de Trás os Montes, aquella que deve ligar a capital do districto de Bragança com o Douro e com a Regua. Essa estrada foi dotada com uma verba consideravel, e foram expedidas as convenientes ordens para assim se executar; e com effeito uma parte d'essa estrada, aquella que já estava começada, de Villa Real á Regua, tem tido todo o impulso compativel com as circunstancias.

Como mais tarde o governo fez um contrato para a construcção de estradas ordinarias, e como se julgasse conveniente incluir n'esse contrato uma parte da estrada votada entre Villa Real e Bragança, foi por isso que se deu mais actividade á estrada entre Villa Real e a Regua, para que ao mesmo tempo estivessem promptas essas duas estradas que ligam Bragança com o Douro por meio de Villa Real, não se deixando contudo de applicar alguns fundos mesmo n'essa parte da estrada, que foi contratada, e que se hão de levar em conta á empreza.

Pelo que respeita á estrada marginal do Douro tem caminhado com morosidade, havendo custado ao estado sommas consideraveis em relação á sua extensão. O governo entendeu que para dar aquellas obras maior desenvolvimento, convinha dar de empreitada a parte que falta a construir, que são poucos kilometros. Mandou-se fazer o programma para essa empreitada, e brevemente será posto em praça; e pôde o illustre deputado estar certo, de que se ha de dar aquella obra o desenvolvimento necessario para a sua conclusão na parte que já está votada.

É completamente exacto tudo quanto o illustre deputado diz sobre a conveniencia de fazer estradas perpendiculares ao Douro, para facilitar a comunicação dos districtos limitrophes com este rio; mas não se pôde n'um só contrato abranger todas as estradas de que o paiz carece. Entretanto o governo, nas novas estradas que vier propor á camara ha de attender ás estradas que offerecem maior conveniencia economica, que são as que vão perpendiculares aquella importante via de comunicação.

Em quanto á telegraphia electrica, posto que os trabalhos não tenham continuado com a rapidez que seria para desejar, o que pôde asseverar é que elles têm continuado em harmonia com a verba que está votada para elles no orçamento, não se distraindo uma unica quantia das que estão applicadas para este fim.

Em relação á questão do Douro pôde assegurar, que em tempo competente serão apresentados á camara alguns projectos importantes sobre este assumpto.

A legislação actual do Douro está causando prejuizos incalculaveis ao commercio e á agricultura d'aquella localidade. Antes mesmo das medidas tomadas na Inglaterra a respeito dos nossos vinhos, o governo era de parecer que aquella legislação precisava de ser profundamente alterada; porém estes acontecimentos vieram demonstrar ainda mais esta necessidade; e o governo está pois disposto a alterar essa legislação no sentido dos principios hoje recebidos em toda a parte, tornando essa legislação muito mais liberal do que é actualmente, e d'essa reforma aproveitará não só o Douro, mas tambem as provincias e as localidades que estão soffrendo com a actual legislação. Brevemente apresentará á camara um projecto n'este sentido, e outro com o fim de crear um estabelecimento de credito para beneficio dos lavradores do Douro.

O sr. Santos Lessa:—mandando para a mesa um requerimento, para que ministerio da guerra se declare, se já foram dadas as providencias necessarias, para que pelo governador do castello de Mattosinhos não sejam embarçadas as reedificações e concertos das propriedades sitas nas ruas mais proximas do mesmo castello, acrescenta que não pôde deixar de fazer algumas considerações sobre o objecto a que o mesmo requerimento se refere; e portanto diz, que o procedimento do governador do castello de Mattosinhos para com os proprietarios da povoação de Lessa da Palmeira é altamente censuravel, e até offensivo do direito de propriedade; e aquelle governador tem considerado aquella povoação fóra da lei commum para lhe impor as suas ordens, como se os proprietarios d'ali lhe estivessem sujeitos.

Nada d'isto é estranho ao governo, porque consta que diversas informações lhe tem sido dada, a tal respeito, sendo por isso de esperar que as necessarias providencias se não façam esperar por muito tempo, para que se não diga que Lessa da Palmeira, povoação importante, está regida militarmente.

O sr. Dias de Azevedo:—o caminho de ferro do sul está n'um estado tal, em relação ao transito, que em vez de dar vantagem, causa prejuizo. Ali não ha hora certa para a saída do comboio: a hora é determinada á vontade dos directores, de que resulta muitas vezes esperarem os passageiros e as mercadorias horas e horas, deixando de sair no comboio por causa d'essa demora.

Acresce mais a circumstancia de que a companhia se compromettera a fazer o caminho de ferro d'esse do Barreiro até ás Vendas Novas, mas usando de uma tarifa particular, em quanto não chegam ao ponto das Vendas Novas; e acontece agora que o caminho está feito até certa distancia das Vendas Novas, de maneira que vigorando esta tarifa

particular, e não a que deve ser, os passageiros tem grandes inconvenientes, e as mercadorias igualmente, porque não chega o caminho ao ponto onde deve chegar.

Esta circumstancia dá-se tambem no ramal d'esse caminho para Setúbal, entendendo a companhia que, levando o ramal ao sitio chamado S. João, a distancia de 500-metros da população de Setúbal, mas fóra das portas e barreiras, tem preenchido o seu fim, e vae ali estabelecer a estação; causando esta distancia da povoação uma grande difficuldade e prejuizo não só para aquellos que querem servir-se do caminho de ferro como viandantes, mas para as mercadorias.

Pede pois ao sr. ministro das obras publicas explicações a este respeito.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—a companhia do caminho de ferro do sul, pelo seu contrato era só obrigada a abri-lo á circulaçáo depois de ter o mesmo caminho completo, e é obrigada a tê-lo completo dentro de certo prazo. Sobreveiram graves contestações entre o governo e a empreza, contestações que datam de muito longe, tendo o governo actual resolvido quasi todas as questões, e conseguido que as obras continuem. No entanto foi necessario prorogar a companhia o prazo para continuar a construcção do caminho, e em quanto elle não terminou completamente, ella não é obrigada a fazer a exploração, e o governo não tem direito, a não ser o direito geral de fiscalisar todas as emprezas, de lhe impor as regras de exploração que estão marcadas no contrato.

Em quanto ao ramal d'esse caminho para Setúbal, foi já principiado durante a actual administração, e achase quasi concluido, faltando só assentar os carris em parte da via, e estabelecer uma estação.

O sr. D. José de Alarcão:—manda para a mesa um requerimento, que fica para segunda leitura.

O sr. Correia Caldeira:—apresenta uma representação da camara municipal de Ponte de Lima, sobre estradas, e pede que lhe seja reservada a palavra para fazer acerca d'ella algumas considerações quando estiver presente o sr. ministro das obras publicas.

ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DA RESPOSTA AO DISCURSO DO CORA

O sr. Faustino da Gama:—sente que o seu dever o leve a combater o ministerio; quizera antes ter de elogia-lo; mas em obediencia aos dictames da sua consciencia fará o que entende dever ao paiz em geral, e a seus constituintes em particular.

Sente tambem não ver o sr. ministro do reino na camara, e isso de certo o embaraça um pouco; mas não podendo n'esta solemne occasião deixar de fazer algumas observações que mais de perto tocam a s. ex.ª, espera que, ou pelos seus collegas, ou pelo jornal da camara, s. ex.ª será informado do que elle, orador, vae a dizer.

Começará, referindo-se ás ultimas eleições, notando que por uma lei nova o sr. ministro do reino poz em acção todas as más praticas velhas, ordenando aos governadores civis que pousessem em pratica tudo quanto lhes parecesse, para que triumphassem os candidatos do governo, com exclusão dos amigos dos povos, dos seus leaes e sempre firmes defensores; e por modo, que se continuou tal proceder na futura eleição, não haverá más representantes do povo, a não ser um ou outro que, á custa de grandes esforços de seus amigos, escape pela malha, como a elle succedeu; e n'este caso esta camara será convertida em uma chancellaria da vontade soberana dos srs. ministros. Mas tem a esperanza em que essa rainha do mundo, a opinião publica, ha de valer-nos, pondo fóra d'aquellas cadeiras ministros que assim obram.

Sendo nós um povo liberal, nem uma palavra de sympathia pela Italia se acha no discurso da coroa; quando, se o contrario se fizesse, não seria isso senão pagar uma divida, não á Italia que nos não pôde mostrar a sua sympathia quando estavamos a braços com o governo absoluto, mas áquellas nações que, porque o podiam fazer, a mostraram por nós, o que a todos os liberesos foi bem agradavel. Esta falta, na verdade, parece-lhe grande.

O mesmo espirito mesquinho, e mais alguma coisa, que dirigiu o sr. ministro do reino nas eleições para deputados, o guiou na formação das commissões da camara.

Vê alem os srs. deputados Plácido de Abreu e Garcez, engenheiros distinctos, bem conhecidos pelas suas obras e pratica, excluidos da commissão das obras publicas, e do mesmo modo vê excluidos da commissão das pautas os srs. Avila e Carlos Bento, tão competentes na materia; e não falla de si, porque bem conhece a sua insufficiencia, apesar de ter sido tantos annos fabricante de pannos em Inglaterra, ao que deve o que tem, e no que muito se honra; e apesar de ter merecido por muitas vezes essa honra em diferentes legislaturas, e este facto não pôde ser attribuido á vontade da maioria, mas ao desejo que tem de não contrariar as vistas do seu chefe natural, o ministro do reino. Isto lhe faz lembrar o que escreveu um illustre fidalgo portuguez, que vivia exilado na Hollanda, e que tinha prestado muitos serviços á sua patria, «Que quem visse os descarte de Portugal julgaria que lhe ficava lá bom jogo.» E o que applica ao proceder do sr. ministro.

Não pôde deixar de censurar n'esta occasião o mesmo sr. ministro pelas enormes despesas que está fazendo com o theatro lyrico, consentindo que se procurem para elle as primeiras partes cantantes e dancantes, dando preços que não comportam as nossas circunstancias, e que só podem ser escripturas das pelas nações poderosas e ricas, que nós não somos; e vindo ao mesmo tempo pedir ao povo novos tributos, esquecendo-se de que tivemos em 1856 a cholera morbus, em 1857 a febre amarella, e annos successivos de más colheitas (apoiados). S. ex.ª quer bons comicos por grandes preços, embora uma pobre lavadeira, como já viu, seja executada por não pagar 240 réis de decima, alem de mais do triplo de custas. Ao lavrador é ao artista acontece o mesmo, mas isso não importa. Boas comicas para recreio do sr. ministro, e venham novos tributos! (apoiados).

Mas está enganado o sr. ministro, porque nem esta camara lh'os vota, sem primeiro fazer as possiveis reduções, nem que lh'os vote o povo perde o direito de os não pagar, e requerer até pôr fóra uma administração tão obnoxia.

Respondendo o mesmo sr. ministro ao sr. Silva Cabral, disse emphaticamente «ou fallar em abusos, mas não me indicam o modo de os remediar.» O sr. Silva Cabral tinha comtudo indicado alguns, e agora indicaria um, que lhe parece o primeiro e o principal, e que vae conforme com essa rainha do mundo, de que ha pouco fallou, a opinião publica, de dentro e de fóra do paiz, onde o nome de s. ex.ª é tido como ominoso para os negocios de Portugal. O primeiro, o principal remedio é o largarem todos os srs. ministros as suas cadeiras.

«O governo absteve-se de fazer programma.» Disse s. ex.ª, e com isto pretendeu, crê elle, orador, dizer á camara que não tinha compromissos a cumprir. Pois já esqueceram as promessas solennes feitas em pleno parlamento pelo sr. ministro da fazenda, em nome do gabinete, de que queriam governar com a camara transacta? E o como depois obraram em contrario, sem poderem justificar a sua obra, sabe-o a camara, e muito bem o explicou o sr. deputado Alves Martins. Olhe, pois, a maioria para as promessas dos srs. ministros, que têm a qualidade de emendas que se fazem para se quebrarem, e attenda a

que quem fazia um cesto, faz um cento. Um tal governo não tem, não pôde ter apoio.

Tambem o sr. ministro do reino quiz justificar os escandalos praticados com o recrutamento, os quaes quasi fizeram levantar as pedras das ruas contra o governo, com a coactada de que era para dar baixa áquelles que tinham já completado os annos de serviço que a lei marca. Miseravel sophisma! Não sabe o sr. ministro que o facto de conservar presos nas fileiras os que já cumpriram o preceito da lei, é que faz fugir do serviço a mocidade; e que o ultraje feito ás leis, julgando-se militarmente quem já não é militar, aterra os mancebos, e que não ha lei de recrutamento possivel, em quanto se não cumprir religiosamente a lei aos que estão nas fileiras? Nem lhe digam que isso não comportam as necessidades do serviço, porque 2 ou 3:000 homens a quem devem baixas, ou mais que sejam, dêem-se-lhes, e o serviço não soffrerá, porque ha muita coisa a que chamam serviço, de que para tão justo fim pôde ser dispensada temporariamente a força armada.

Juriconsultos d'esta terra como consents, exclama o orador, que paisanos sejam julgados pelos tribunales militares, e paisano é aquelle que tendo servido o tempo que a lei lhe marcou e o acabou sem culpa, é todavia forçado a continuar nas fileiras? É isto bem digno de ser tomado em consideração pelos nossos mais habéis juriconsultos.

«Ouço fallar no abysmo, mas o abysmo ainda não chegou» disse s. ex.ª, respondendo ao sr. Silva Cabral, quando este sr. deputado fallou do credito publico. Oh! sr. presidente, diz o orador, o homem dos decretos de 3 e 18 de dezembro de 1851 e 1852 ainda não viu o abysmo!! Pois parece que para lá nos quer levar, e com muita pressa. Mas tanto quanto pela sua fraca parte poder, ha de oppor-se a que o consiga. Procuraria n'este caso imitar o principe de Metternich que não podendo evitar as revoluções, procuraria dirigi-las para bom caminho.

«São 150:000\$000 réis o que agora pagamos a mais» disse o mesmo sr. ministro na sua replica ao sr. Silva Cabral; s. ex.ª parece esquecido da redução dos juros, que fez pela sua famosa conversão, que segundo o seu relatório correspondente, devia ter ficado morto o deficit, e a receita igual á despesa. Porém estas e quasi todas as promessas officias feitas aos representantes do paiz, são quasi sempre desmentidas pelos factos, e foram elles que obrigaram o sr. ministro a ir a Londres a fazer amend honourable aos nossos credores estrangeiros, obrigando assim a fazer passar este honrado povo pela humilhação de aceitar o accordo de Londres, e que elle, orador, votára porque tínhamos de passar por essa humilhação, na qual tinha uma boa parte o sr. ministro, auctor dos males que deram aquelle resultado.

É anachronico fallar no augmento da divida, porque tudo tem sido para obras importantes e rasgadas.» O desviu dado a enormes sommas, e de que se occupará em occasião competente, fará ver o que é anachronico.

«A França augmentou a sua divida de uma quarta parte», ainda acrescentára s. ex.ª. Esse augmento porém, pôde ser grande ou pequeno na proporção da divida, e em relação aos meios que possui aquella nação, nada quer dizer a nosso respeito.

Não pôde deixar o sr. ministro do reino, sem lhe estranhar o luxo asiatico que tem desenvolvido nas obras para bem accommodar os seus amigos, á custa de muitos e dignissimos officiaes de secretaria e da junta do credito publico, onde elle, orador, tem a honra de presidir, que de direito e de justiça deviam ser preferidos a paisanos (permitta-se-lhe a expressão) para esses logares rendosos, que se deram a muito boas pessoas, preterindo os que a elles tem direito, segundo o seu modo de ver; julgando ser muito mau costume desconsiderar o merito provado dos que já no serviço publico se têm distinguido, pondo-lhe como superiores, homens que a isso não tinham direito, lesando assim outros servidores do estado na honra e na fazenda, e este escandaloso modo de desanimar muitos homens dignos.

Por hoje deixará aqui ficar o sr. ministro do reino, e perguntará ao sr. ministro da fazenda, como s. ex.ª pretende justificar a sua portaria á junta do credito publico, de 30 de abril de 1859, que prohibiu a troca da divida externa por divida interna; porque os motivos dados no seu relatório provam contra s. ex.ª. Pois poder-se ha dizer a um credor do estado, que tem direito a receber os seus juros em Londres ou em Paris, e que por qualquer causa lhe convem recebe-los em Lisboa: «não lho quero pagar aqui, vá lá recebe-lo» sem commetter um erro economico muito grande, e causar á fazenda publica uma perda? Parece-lhe que ninguém em boa fé tal sustentará. O juro é o mesmo pago em Lisboa; não ha risco da remessa a correr; não ha interesses commerciaes a offender; pôde mesmo supor-se que cá ficará tudo, ou parte d'esse dividendo; e não serão essas considerações dignas de attenção? Não o reconheceu já s. ex.ª, mandando que a junta o fizesse á misericórdia de Lisboa e ao hospital de S. José, em rasão de lhes terem sido legados por um portuguez que falleceu em França bonds da divida externa? Pois o que se fez áquelles estabelecimentos, não convem que se faça a todos que o quizerem? Parece-lhe bem que sim. Os motivos de s. ex.ª aponta no seu relatório são, «o seu modo de ver, para favorecer e promover a troca, e não para prohibir. Nunca tal se fez em parte alguma. O banco de Portugal não paga a oiro as suas notas de 20\$000 réis, como expressamente determina a lei de 29 de julho de 1854; e é inaudito que um estabelecimento d'aquella ordem falte, e não cumpra o que é expresso na citada lei.

O unico motivo, que pôde justificar aquella falta, é o não poder o banco obter do governo em oiro o sufficiente para cumprir a lei, pois que sabe que o governo paga em prata, contra o que manda expressamente a citada lei.

Entraria de passagem na apreciação do emprestimo Erlanger, negociação desgraçada, e da qual o sr. ministro teria que arrender-se toda a sua vida, e de que, em occasião proxima e competente, se occuparia detalhadamente.

Em quanto o sr. ministro era opposição fallava-se muito em reforma de pautas. O sr. Avila propoz uma reforma, tendo ouvido as commissões externa e interna, de que teve a honra de fazer parte, e essa reforma dizia respeito a mais de duzentos e cincoenta artigos. Disse-se então que era pouco ou nada; e esta administração, que tanto prometteu a respeito da reforma das pautas, até hoje nada fez, e agora se conhece que é melhor fazer alguma coisa do que não fazer nada; e, em negocio de pautas, saltos grandes são sempre perigosos, em regra ordinaria já se vê, ou para o fisco, ou para o commercio e industria. Veja-se o que faz a Inglaterra.

Faz uma confissão á camara, que bem lhe custa, e é, que não pôde conhecer o estado da fazenda publica pelo relatório do sr. ministro. Não achára nem debito nem credito do que se deve ao estado; e que n'este deve apontar-se, por exemplo, o papel-moeda, que reputa divida sagrada, e outras que importam alguns milhares de contos de réis; e no credito, as decimas e mais dividas ao estado já nada valem? Confessa que não é por aquella escola que aprendeu, e a seu tempo pediu desenvoltas explicações sobre este e outros objectos identicos.

As emissões injustificaveis, a seu ver, que se tem feito, hão de ser analysadas, e demonstradas as perniciosas consequencias de tal modo de vida: em menos de um anno só divida externa 8,800:000 libras ou cerca de 8.000.000\$000 réis!

Pouco diria ao sr. ministro da justiça, mas lembrava a s. ex.ª, que se dizia, que os presos sentenciados a degredo morriam nas cadeias, e, que, sem se fazer cumprir as sentenças, de pouco serve a justiça.

Sente não ver presente o sr. ministro da marinha para lhe pedir esclarecimentos a respeito da expedição anglo-francesa á China, porque o nosso estabelecimento de Macau, e os nossos interesses n'aquella parte do mundo, podem e devem ser attendidos.

Do mesmo modo sente não ver presente o sr. ministro da guerra, tendo apprehensões de que a falta de saúde o não deixe comparecer, porque a não ser isso reputaria ominosa a ausencia de tres dos srs. ministros, porque o desamparo por parte dos srs. ministros da camara transacta resolveu-se na dissolução da mesma. Esta como não pôde razoavelmente ser dissolvida, que querera dizer esta falta de competencia? Causa boa, não de certo.

Quizera perguntar ao sr. ministro da guerra alguma coisa sobre o estado do nosso exercito, até porque n'algumas paradas que tem visto por occasião de visitas a esta corte de principes estrangeiros, tem observado muitas musicas, muitos tamboures, grande numero de officiaes, mas parecendo que os corpos da guarnição nem são regimentos nem são batalhões, e dá-lhe isto algum cuidado pela reputação e credito do exercito, que sempre honrou o nome portuguez, e porque via a visinha Hespanha que teve de Liège 52:000 armas de percussão, alem de peças raiadas, que tem feito brilhar o seu exercito na guerra de Marrocos, o que nós os portuguezes não devemos ver sem olhar para o que pôde acontecer.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—são muito graves, e são antigos os males que pesam sobre o paiz, mas para todos elles se encontra na pharmacopeia do illustre deputado remedio salvador; e é a intimação aos ministros para que despejem as suas cadeiras! E não é em seu proprio nome, embora seja muita a autoridade do nome do illustre deputado, que elle intima o gabinete que se retire; é em nome da rainha do mundo, em nome da opinião publica que declara ominoso o nome do sr. ministro do reino ao credito publico, e a todos os interesses do paiz! Olhando em roda de si, procurando ver essa opinião, escutar os seus brados, não a pôde encontrar, porque a rainha do mundo está no bolso do illustre deputado, é uma carta que recebeu de um cavalheiro, que não disse quem era, que não sympathisa com a politica do gabinete, ou com cada um dos ministros, ou particularmente com o sr. ministro do reino!

Obedeça-se á rainha do mundo; aceite-se a intimação da carta que o illustre deputado traz no seu bolso, e ficam salvos todos os males! Oxalá que os ministros tivessem a convicção de que, largando o poder, o paiz seria felicitado com uma administração, que melhor seguisse os seus interesses, que acabariam os desperdícios que o illustre deputado nunca viu senão agora; que não haveria incapacidades cantantes em S. Carlos, que as eleições seriam a expressão genuina da vontade nacional, e não, como agora, feitas á força de violencias, de ameaças e demissões; factos, porém, que ninguém viu, que ninguém sentiu. Folga de dizer no seio da representação nacional, que se houve uma eleição em que o governo tivesse manifestado a vontade de que a urna fosse livre, foi esta, sem com isso pretender condemnar as administrações anteriores; e se não fosse assim, o governo não se teria premonido, como o fez, com uma lei, que naturalmente exclue os melhores e mais efficazes meios da influencia do poder.

E se o ministerio se retirar do poder, tambem hão de cessar as violencias do recrutamento, violencias que o illustre deputado pintou com tão negras cores; violencias que não existiram senão na imaginação de alguns srs. deputados, e de alguns jornalistas, e que não foram outra coisa senão o exacto cumprimento da lei, e que não tenderam senão a evitar a maior das barbaridades, a evitar que continuassem no serviço os soldados que tinham servido o tempo que a lei marca, que tinham já pago ao seu paiz o tributo de sangue. Ficou pasmado, vendo da facilidade com que o illustre deputado achou remedio para isto. Se a lei não tinha sido cumprida, se o recrutamento não se tinha feito por muito tempo, se não se podiam preencher em pouco tempo os quadros do exercito, que importa ter de menos 6, 8 ou 10:000 homens? Estamos em paz, de que serve o exercito? Se o illustre deputado assim pensa, porque não propõe a extincção do exercito, ou a redução consideravel do seu numero? Mas um quarto de hora depois, o illustre deputado lamentava a falta do sr. presidente do conselho e ministro da guerra, falta que não precisa justificar perante a camara, porque toda ella conhece aquelle nome cavalheiro, sabe que é incapaz de faltar aos seus deveres (apoiados); sabe que ainda hontem compareceu gravemente incommodado, e talvez em consequencia d'isso se ache hoje peor; mas estão presentes os seus collegas, está o gabinete, que é solidario, para observar ao illustre deputado, que, julgando dispensavel a força do exercito, increpou depois o governo porque não elevou essa força ao ponto em que a podia ter uma nação talvez de primeira ordem!

Na opinião do illustre deputado falta ao gabinete, e particularmente ao sr. ministro do reino, a autoridade para fallar em credito publico! A questão é velha, é debatida, é conhecida de todos. Para que está a recordar males que foram inevitaveis, males que nenhum homem creou, males que se accumularam pela successão de causas e de acontecimentos dos quaes a ninguém se pôde imputar a responsabilidade? Quantas vezes será preciso repetir que as medidas de 1852 não foram mais do que a consequencia de outras, que já anteriormente tinham sido adoptadas, e com as quaes, embora fossem igualmente imperiosas as necessidades que as determinaram, não tinha por certo soffrido menos o credito publico? E o ultimatum com mr. Thornton? E a vergonha de o aceitar combinando com os credores estrangeiros o meio de sanar as difficuldades que se tinham suscitado, que, como se sabe não são de 1852, mas são de larga data? E por quem foi referendada a lei que approvou o accordo de Londres? O gabinete que succedeu áquelle que firmou esse contrato, aceitou-o, tomou-o como ponto de partida para a sua gerencia financeira, e não o achou nem deshonroso para o paiz, nem inconveniente.

Antes de se occupar de algumas observações, que mais directamente lhe dirigiu o illustre deputado que acaba de fallar, tratará de levantar algumas proposições lançadas hontem na camara por um illustre deputado, que nem sempre, ou quasi nunca na forma das suas orações parlamentares, parece inspirado da missão evangelica de que se acha revestido. O illustre deputado fez, como entendeu, a historia do gabinete actual, e achou logo no seu nascimento um peccado original por tal forma insanavel, que não encontrou agnos no Jordão que lhe lavassem a nodos, nem mesmo no voto popular expresso pela lei mais livre que nunca regeu o paiz. Entendamos bem; diz o orador, o ministerio responde pelos seus actos, mas não responde pelo seu nascimento; o ministerio não nasceu de si mesmo. Não lhe cabe historiar nem apreciar os motivos que deram logar a que a administração anterior á actual se retrahisse do poder, sem em nenhuma das casas do parlamento haver uma manifestação que lhe fosse hostil. Se a opposição era só de 33 votos, como disse o illustre deputado, não bastava para que a administração largasse a missão que lhe estava incumbida, e todos se recordam como o illustre deputado então, proclamando á maioria lhe indicava o caminho a seguir e lhe dizia, que era preciso governar, e governar apesar das opposições. Doutrina verdadeira, doutrina justa e exacta, se com ella se pretendesignificar que as maiorias e governosincumbem seguir o seu caminho, sem que possam dar, como desculpa de não fazer nada, a opposição que soffrem; doutrina a que não se associará, nem associou nunca se com ella se pretende significar, que os governos e as maiorias devem fazer pesar o seu predomínio sobre a opposição, a ponto de lhe não ouvir a rasão e fazer suffocar o argumento e o raciocinio pelo numero e pela votação (apoiados).

Mas o illustre deputado fez mais, figurou a camara transacta como um instrumento docil de que o governo se tinha servido para arrancar d'ella autorisações sem limite, instrumento docil que o governo tinha quebrado desde o momento que lhe não serviu. Não faz ver aos representantes actuaes do paiz, nem áquelles que o foram, a injuria que lhes fez o illustre deputado. A camara transacta não foi instrumento docil de nenhum gabinete. A camara transacta, que não sympathizava na sua maioria com o actual gabinete, acolheu-o com aquella especie de cortezania com que os partidos politicos costumam tratar as administrações que acabam de subir ao poder, e que não tem tido ainda actos por onde manifestem as suas tendencias e opiniões. Mas se o illustre deputado não duvida dirigir-se por uma forma tão severa aos membros da camara transacta, como era de esperar que elle não dirigisse maiores ou mais graves injurias aos membros da camara actual? Foi isso que fez quando disse, que o governo tinha dissolvido a camara para fazer uma maioria de amigos seus, a fim de fazer passar todas as suas propostas e converter em lei todos os seus pensamentos. Não acha o illustre deputado desmentida similhante asserção? Não reconhece que todos os caracteres de que a camara se compõe, amigos ou adversarios, são independentes, incapazes de se curvar á vontade do poder, de aceitar a sua intimação e a sua influencia, quando fosse nociva aos interesses do paiz, e não estivesse de accordo com as suas idéas e pensamento? Se a intenção do governo fosse aquella que indicou o illustre deputado, não se teria elle posto á frente da discussão da lei eleitoral, segundo a qual, a influencia do governo não se pôde exercer como se exercia pela legislação anterior, de que de certo não ha precedente na nossa historia politica.

Não foi promessa, mas sim declaração o que disse na sessão passada a respeito da dissolução, e essa declaração não foi desmentida. O governo disse n'aquella occasião, que não ia dissolver a camara votando a lei do orçamento; mas esta declaração podia nunca significar o compromisso indissolvel, permanente, eterno, de não aconselhar á coroa a dissolução quando a entendesse conveniente? (apoiados).

Alludiu o sr. deputado ao partido pessoal que se fez crear, e quasi que tem pena de responder a similhante proposição. Que significa em Portugal e no anno de 1860 um partido pessoal? (apoiados.) Quem é no paiz que possa ter a louca vaidade de querer formar um partido pessoal? Os partidos pessoais se existiram, acabaram, e com elles acabaram tambem os velhos partidos politicos com as suas bandeiras exclusivas, com os seus meios de combate. A politica hoje não é a negação, é a continuação da politica de tolerancia e de conciliação, que é a unica possivel, que nenhum homem, nenhum partido, nenhuma facção é já capaz, nem pôde ter a força precisa de destruir em Portugal (apoiados). Os velhos partidos morreram, e morreram as necessidades que elles podiam significar. A bandeira politica é hoje uma só para todos os portuguezes. O acto adicional, que foi menos uma grande reforma politica de que uma arca de alliância, permittiu a todos os homens, sem renegarem as suas crenças, os seus partidos, de se abraçarem e entenderem para cuidar das questões mais directamente interessantes ao bem do paiz, para cuidar dos melhoramentos do mesmo paiz, das questões administrativas, deixando de parte as questões politicas.

Disse o sr. deputado, e disse uma verdade, que é preciso muitas vezes, quasi sempre, maior coragem para ser maioria do que para ser opposição; mas não pelo motivo que indicou. Não é preciso as maiorias terem coragem para obdecer aos caprichos do governo, porque esse acto não é de coragem, é de subservencia; mas sim porque as maiorias e os governos, têm responsabilidade, e muitas vezes são obrigados a arrostar contra idéas mais ou menos justas, contra preconceitos muitas vezes lisongeiros, contra as paixões que se procuram excitar, contra todos os meios e fins que as opposições não costumam esquecer-se de explorar para realizar seus intentos.

O gabinete, aconselhando á coroa a dissolução da camara transacta, não quiz formar uma maioria de amigos seus que lhe approvasse e votasse tudo; mas o gabinete entendeu que podia e devia consultar o paiz pela lei mais livre que já mais tinha sido promulgada em Portugal, para que por essa lei fossem eleitos deputados amantes do seu paiz, como todos têm sido; respeitadores de si mesmo, como de certo o são, senhores do seu voto e da sua consciencia, como ninguém lhe pôde contestar, e que apreciem na mais ampla liberdade de consciencia e independencia os actos do governo, e os julguem como entenderem.

Sem se occupar de mais largamente responder ás considerações do illustre deputado, a quem se referiu, passa agora não a tratar com amplitude de assumptos de fazenda, porque se ha objecto grave, importante e serio, que merece a attenção, que deve ser maduramente examinado e discutido é este, e não é de certo incidentalmente, em uma discussão em que todas as cousas se tocam e nada se aprofunda, que elle ha de ser convenientemente discutido e tratado; mas não pôde prescindir de dar ligeiras explicações sobre alguns pontos a que n'este debate se tem feito referencia.

Começará por se referir ao acto que o sr. Faustino da Gama classificou como o primeiro crime na data, não na qualidade do ministro da fazenda, a portaria de 15 de abril, pela qual foi suspensa a conversão da divida externa em divida interna.

O illustre deputado entende, ha muito, que é um grande principio de administração financeira o nacionalisar divida; e elle, orador, quizera que se nacionalisassem os capitães; que os capitães estrangeiros procurassem o nosso paiz para o fortificar e para alimentar as suas industrias, porque em primeiro logar aquella idéa era inexecuvel, e quando podesse acontecer que os capitalistas portuguezes comprassem uma vez toda a divida externa, o que isso significava era que do paiz tinha saído uma grande massa de capitães, mal muito maior do que o pagamento dos juros e as differenças de cambio.

Mas n'estas circunstancias houve uma rasão muito particular que aconselhou o governo a adoptar a medida que adoptou, qual foi o panico causado nas praças estrangeiras pela guerra da Italia, que fez descer quasi repentinamente os fundos de todas as nações a perto de 8 1/2, ao passo que os nossos titulos de divida interna, com quanto se resentssem, não soffreram até ao mesmo ponto. E encontrando-se as inscripções a 43 1/2 quando os nossos fundos em Londres tinham baixado a 37, logo que se permitisse a conversão, que de especulações não poderiam ter logar! O que d'ahi resultava era a depreciação dos nossos fundos.

Aconselhada aquella medida por estes motivos, admira-se de que o illustre deputado viesse censurá-la; e observa a camara que o desequilíbrio entre o preço da divida externa e o da divida interna, não se deu a não cessar completamente, embora a paz esteja feita, porque os acontecimentos políticos que se têm sucedido até uma epocha muito recente, não têm ainda posto inteiramente em segurança os mercados. E a propósito, não pôde comprehender como s. ex.ª considera tão vantajosa e de tanta importância a facilidade da inversão d'estes títulos, ao passo que tanto se oppõe, como por mais de uma vez, o tem feito, á conversão e troca dos títulos de divida interna uns pelos outros, dos de coupons pelos de assentamento!

Concorda perfeitamente em que o relatório que teve a honra de apresentar á camara é incompleto; nem o afflige, nem repelle esta censura do illustre deputado, porque não se lisonjeia, nem tem a immo destia de supor que elle apresenta o quadro completo e acabado da nossa situação financeira e economica, em todas as suas relações, e muito menos o remedio definitivo e ultimo a todos os males, que vem de muito longe.

Tratando cuidadosamente de activar a organização definitiva da fazenda, era dever do governo aproveitar-se das circumstancias que existem, fazendo por melhorar successivamente o estado das cousas, sem a pretensão de encontrar um elixir universal, que as colloque por uma vez em tão perfeito estado que exclua toda a idea do progresso, o qual não é outra cousa senão a negação da perfeição absoluta. Mas não é exacto o que o illustre deputado disse, de que do relatório não consta que as sommas levantadas em virtude da lei de 4 de junho de 1857, e da de 5 de março de 1858, e qual a sua applicação. Se tivesse prestado attenção aos documentos juntos ao relatório, lá teria visto que as sommas, e qual a applicação d'ellas.

Vamos agora a essa grave responsabilidade que ao governo incumbem pelo contrato de 30 de junho do anno passado.

E preciso distinguir n'esta questão dois objectos inteiramente diversos: a applicação dos meios que se obtiveram, e as condições e modo porque o empréstimo foi realisado.

Pelo que toca á applicação, francamente declara que nem todos os meios foram exclusivamente applicados ás obras dos caminhos de ferro; e não lhe parece que seja necessario castigar-se com tão severas qualificações, como se tem feito, um facto resultante de uma necessidade imprevisível. Não pôde deixar de repellar de sobre o governo esta especie de tremenda accusação que se lhe faz, quando se diz que desviou receitas que estavam applicadas para outros objectos.

O facto não é novo. E demais, digam-lhe os illustres deputados: o que queriam que o governo fizesse, o que aconselhariam ao governo, que se visse collocado por um lado entre o dever de imprevisivelmente pagar os encargos que tinha o thesouro, e lhe haviam sido legados com os encargos que estavam subsistindo, de pagar pontualmente o serviço publico, os juros da divida fundada e da divida fluctuante, e por outro lado na presença do deficit, que significa a falta de receita ordinaria e constante para satisfazer a essas despesas? Entre dever e dever, qual era o mais sagrado, qual aconselhariam os illustres deputados? Queriam porventura, que os juros da divida deixassem de ser pagos; que voltassemos ao atraso do pagamento do serviço publico; que deixassem de ser applicadas ás obras as sommas que lhes estavam votadas? Se nada d'isto era possível, e se a receita ordinaria não chegava, que outros meios, que outros recursos restavam ao governo, senão tomar sobre si a responsabilidade de applicar a essas despesas ordenadas por lei parte das sommas, e vir depois declarar ao parlamento o seu acto, aceitar a responsabilidade d'elle, e pedir os meios para que não seja constantemente necessario para o futuro recorrer a taes meios extraordinarios?

O desvio não é de hoje, e não é de hontem; é uma consequencia forçosa e necessaria do proprio deficit, que deve cessar um dia. Para isso é necessario primeiro, que os governos tomem a responsabilidade de propor, e os parlamentos devotem, meios que são indispensaveis para equilibrar a receita com a despesa publica. Mas em quanto se não conseguir esse desideratum necessariamente ha de succeder uma das duas: ou não se pagarem os encargos, ou serem satisfeitos com receitas que não lhes são applicadas.

Ora n'este caso não havia só o que é, por assim dizer, o seguimento de uma situação que o governo herdara dos seus antecessores, havia ainda as difficuldades gravissimas que resultavam da crise financeira produzida pela guerra; e essa crise era tão temerosa, que o governo não duvidou então de vir pedir ao parlamento autorisação para emititir os títulos preciosos para reforçar os penhores da divida fluctuante, autorisação que lhe foi concedida, e de que o governo com tudo não fez uso, desmentindo assim n'esta parte os receios que então se manifestaram de que pretendia armar-se com uma autorisação illimitada para emititir quantos títulos de divida interna quizesse, e occorrer com elles ás despesas; o os illustres deputados que viram n'uma parte do relatório, podem ver na outra que não foi assim.

É facil dizer-se agora, que não se fizesse então a operação. Pois é livre a escolha do momento? Quando a despesa tem de se fazer necessariamente, pôde por ventura adiar-se o momento de levantar os meios necessarios para occorrer a ella?

E a fórmula? Porque não recorreu o governo a outra fórmula; porque não criou divida fluctuante em vez de divida fundada? Não sabe que possa haver preferença por uma ou por outra; tudo é conforme as circumstancias. De certo que a divida fluctuante é preferivel quando ella representa a receita ordinaria do estado, que mais tarde tem de se cobrar, podendo então ser satisfeita essa divida; de certo que o regular nas circumstancias normaes e ordinarias é recorrer á divida fluctuante com preferencia a respeito da divida fundada; porém quando a divida representa o deficit, quando o deficit se agrava, se accumula, o que acontece é que embora a divida seja fluctuante ao principio, tem mais tarde ou mais cedo de se consolidar.

Mas os illustres deputados não podem desconhecer, que a nossa divida fluctuante tem uma fórmula diversa da das outras nações: existe pela maior parte sobre penhores de divida fundada, o que não é um pequeno inconveniente, que é de esperar, que em momentos de maior prosperidade, quando o nosso credito se ache mais bem estabelecido, possa cessar, estado em que não está ainda, e muito menos o estava n'aquelle occasião. Por consequencia fosse a divida fundada ou fluctuante, era indispensavel e necessaria a criação de penhores.

Ora se o governo não podia ter a escolha da occasião e da fórmula, porque n'aquelle momento, em vez de ser facil encontrar os recursos para pagamento dos encargos do thesouro, pelo contrario, os prestamistas aterrados com o que succedia lá fora corriam ao thesouro a pedir o reembolso das quantias que haviam emprestado e não querendo a reforma, que resta senão considerar aquella operação em relação ao momento, á occasião em que foi feita, terreno em que não lhe parece difficil sustentar que longe de ser, como se tem pretendido figurar, uma operação ruinosa, foi pelo contrario feita em condições regulares e vantajosas?

Tinhamos os nossos fundos a 43% com o coupon a vencer em 30 de junho, e faz esta observação porque já ouvira dizer que a differença entre o preço do mercado e o preço da operação, não eram só 3%, mas mais, porque havia o coupon, quando todos sabem que o coupon vencido entra na cotação.

Os títulos foram contratados a 40%, e 3% entre o preço do mercado e o preço da emissão seria exagerada a differença? Parece-lhe que não, porque ao preço de 40 corresponde 7 1/2 %, e ninguém dirá que é exagerado.

Pouco tempo antes tinha sido levantado em França um grande empréstimo por subscrição publica para occorrer ás despesas da guerra, empréstimo de 500 milhões de francos, e de certo se os illustres deputados a quem responde, representassem aquelle grande paiz, não haviam de perguntar ao governo imperial, porque tinha ido contratar na occasião da guerra, e porque não tinha esperado que os fundos subissem. Porque rasão foi o governo imperial contratar na occasião da guerra? Porque não esperou que os fundos subissem, como subiram depois? É facil vir fazer estas observações depois dos acontecimentos, mas é mais difficil, na presença das difficuldades de as resolver de um modo conveniente.

Os fundos francezes também subiram depois, e não crê que a França se lastimasse porque os seus fundos subiram a 64, tendo contratado o empréstimo a 60. Mas esse empréstimo de 500 milhões de francos, realisado por subscrição publica, e não por uma casa ou banco como geralmente se pratica, e ninguém aconselharia o governo portuguez a que recorresse á subscrição publica para fazer uma subscrição de certa importância, porque não avulta tanto o capital entre nós que se podesse esperar um bom resultado; o empréstimo de 500 milhões de francos foi realisado em que condições? Os fundos francezes de 4 estavam a 90%, e os fundos de 3 1/2 a 90 1/2, mas o vencimento dos juros e títulos, para uns era desde dezembro e para os outros desde março, e as entradas d'aquelle empréstimo eram feitas por forma que os prestamistas entravam logo com metade da prestação.

Se o governo francez escolheu para contratar aquella occasião, não a escolheu de certo, senão porque era n'aquelle occasião que precisava prover aos meios necessarios para occorrer ás despesas que tinha a fazer, e se contratando por subscrição publica entendeu conveniente dar aos prestamistas vantagens que em um caso são 2 1/2 e em outro 3 1/2, como pôde classificar-se de ruinosa e subversiva do nosso credito a operação que foi realisada pelo governo portuguez?

Pela sua parte declara ao illustre deputado que tinha a consciencia perfeitamente tranquilla a este respeito.

E depois d'isto, ouviri dizer com pasmo a um illustre deputado, que os contratadores d'este empréstimo tinham ido oferecer os fundos a 38 na praça de Londres. Seria não lisonjeiro para nós se fosse assim, mas seria uma prova de demencia da parte dos contratadores, se tal cousa se tivesse feito. Um contratador havia de ir oferecer os fundos por um preço por que os não tinha recebido! Asseguremos d'esta ordem, são de tal natureza que estão desmentidas por si; mesmo seja qual for a autoridade da pessoa que as apresenta, ellas desmentem-se a si (apoiados).

Em que condições, em que jornaes encontrou o illustre deputado os nossos fundos a 38 desde 30 de junho para cá? Ignora o illustre deputado que os nossos fundos tem acompanhado as baixas e altas dos fundos das outras nações? Elles chegaram a 46 e subiram de 46 em dezembro ultimo, e era n'estas circumstancias que o contratador havia de ir oferecer os fundos a 38 só pelo gosto de perder! São observações estas que quasi nem vale a pena de as discutir.

Não sabe se Rostchid mandou vende o comprar 150.000.000 réis de inscripções, e ainda que os mandasse vender ou comprar, este facto com relação a este banqueiro tem tanta significação financeira e economica, como pôde ter para qualquer de nós, a compra de um objecto do uso quotidiano. Mas fez-se mais ainda, e não se passou do caminho das hypothese e supposições. Houve quem viesse dizer que tinha havido uma reunião de bond holders em que se tinha protestado contra a emissão das inscripções, e que o governo havia de ter recebido a noticia d'isto. Pois declara que não houve tal reunião de bond holders, não havia motivo para isso nem podia have-lo, e que tal noticia não recebeu. Elles conhecem demasiadamente os seus interesses e os esforços que o governo faz para lhes manter e seus direitos. Não houve tal reunião, nem tal meeting; e não dirá que houve intenção nem que d'aqui, alguém fez esforços para que o houvesse.

É cousa para lastimar que em assumptos de tanta magnitude, em assumptos que não são d'estes homens, mas de todos e do paiz, a paixão politica queira prejudicar, não algum ministro, cuja influencia politica pôde importar pouco ao paiz, mas o governo e a existencia de todos os melhoramentos e satisfação das necessidades publicas, que não se podem alcançar senão concorrendo todos para que o nosso credito se mantenha e prospere (apoiados).

Mas o credito não vê só o mal das vinhas; vê alguma cousa mais, porque felizmente o credito não tem paixões politicas: o credito não é politico (apoiados). O credito vê também a pontualidade com que ha sete annos se cumprem as nossas obrigações; o credito vê o governo portuguez fazendo honrosos esforços para manter pontualmente os seus contratos, pagando religiosamente os juros da divida interna e externa e pagando religiosamente aos servidores do estado; o credito vê os esforços que se empregam para melhorar a situação economica do nosso paiz; e o credito conhece também, que em um paiz como o nosso, onde ha tantos recursos e tão valiosos que estão por desenvolver, a situação futura não pôde comparar-se pela situação presente (apoiados).

Temos deficit, é verdade: é um mal que ninguém contesta. Muitas nações têm vivido com deficit por muito tempo, o não se segue por isso que o deficit não acabe. A França, hoje tão prospera, já teve deficits por muito tempo, e grandes deficits.

O deficit é um mal que é necessario attenuar, mas tem a convicção intima de que a nossa situação financeira, se não é prospera e favoravel, está longe de poder-se considerar sem remedio.

O credito é preciso explorá-lo e aproveitá-lo em favor dos grandes melhoramentos de que o nosso paiz carece; a favor principalmente da sua viação accelerada e ordinaria, sem a qual não ha commercio, nem industria, nem agricultura que prospere (apoiados); é a favor dos seus grandes melhoramentos que o credito deve ser aproveitado.

Tem-se dito também que á sombra do credito é que o governo pretende viver, applicando o credito não só aos melhoramentos publicos, mas até á sua existencia ordinaria. Se taes fossem as tendencias do governo, se taes fossem as suas vistas, as suas idéas, e o fim a que elle mira, para que havia de arrostar com a impopularidade do imposto? Era mais facil dizer que o paiz não precisava pagar mais: recorria aos empréstimos para todas as despesas, onerando assim o futuro. Mas não há de ser os homens que, sentados na opposição, sustentavam as doutrinas da necessidade do imposto, que hoje hão de vir renegar d'ellas; não são esses homens que receiam vir sacrificar-se á falsa popularidade, dizendo que o paiz precisa pagar mais; não são esses homens que hão de hesitar á ameaça que se

lhes faz, de que levantarão de novo as bandeiras dos cincoenta mil petiçãoarios, que elle, orador, julgava já depositadas no hotel dos invalidos. Não sabe quem ha de hoje arvorar essa bandeira, mas sabe que depois de arvorada, foi esquecida pelos seus proprios campeões (muitos apoiados).

Sabe que se tem fallado muito em economias. O governo também as quer; mas o governo quer que se leve o dedo ás paginas do orçamento, e se aponte onde essas economias hão de ser realisadas (apoiados). Fallar largamente em economias pôde ser uma cousa sympathica aos ouvidos dos contribuintes; mas não basta isto: é necessario apontar quaes as reduções que se hão de fazer.

Não quer fatigar por mais tempo a camara com considerações que tem logar proprio para serem discutidas; no entretanto não pôde terminar sem protestar contra a asserção que foi aqui lançada, de que o governo quer solver todas as difficuldades á sombra de credito: não é assim. O governo entende que é necessario elevar a receita publica, mas entende também que ella não se eleva de um momento para outro, e com a mesma facilidade com que se decreta: entende também que não pôde propor que de um dia para outro se elevem as contribuições em 2.000 ou 3.000.000.000 réis. É necessario por um lado pedir ao paiz o que elle já pôde pagar, o preparar os elementos que devem ser successivamente fontes da sua riqueza (apoiados).

É necessario finalmente acabar com o systema dos expedientes, a que todos os governos têm recorrido. Estes expedientes são uma triste necessidade, mas que é necessario que por uma vez acabe, porque é necessario que por uma vez se diga a verdade ao paiz, e se ponham os interesses do paiz acima de todas as considerações de popularidade. (Vozes:— muito bem.)

O sr. Silva Cabral:—faz alguma violencia ao seu estado physico, fallando n'esta occasião; mas não pôde deixar de fallar, qualquer que seja o estado em que se ache.

Me adsum. Aqui está, prompto a responder pelos seus principios, pelas suas idéas, e pela verdade dos factos que pronunciar, escudado com a razão, e tendo unicamente em vista a verdade e utilidade do seu paiz.

Não o demovem do seu proposito nenhumas allusões, quaesquer que possam ser; e assim ha de continuar no mesmo caminho, e seguir as suas opiniões como as entender a bem do paiz.

O erro mais fatal do homem é acreditar que pôde desculpar os seus erros com erros do seu visinho; e se os sr. ministros, a quem primeiramente responde, attendessem bem á que effectivamente este principio, ou o contrario d'este principio, não pôde deixar de ser contestado; é claro que não viriam fazer allusão ás opiniões que elle, orador, teve n'um tempo.

Porque Luiz XVI faltou aos seus deveres, porque os escriptores e os politicos do seculo XVIII não fallaram senão em direitos do povo; qual foi a consequencia? Foi Robespierre. Destruiu-se a Bastilha, mas veio a guilhotina que ceifou mais victimas n'um dia que a Bastilha encerrava de presos n'um anno.

A liberdade é filha do dever; mas este dever impõe tanto ao cidadão como aos ministros, e estes não podem nunca julgarem-se bem constituídos nas cadeiras ministeriaes, quando não obedecerem ás prescripções da liberdade.

Fora acimado pelo sr. ministro do reino de ter feito o processo á liberdade. Em que, e porque? Por ventura entendera o sr. ministro, que n'aquillo que tinha apresentado, houve alguma cousa que fosse desfavoravel á liberdade? Pois quando tinha estabelecido, como estabeleceu, que a liberdade abandonada a si mesma, era a licençia, era uma mentira, era a decepção; seria isto condemnar a liberdade, seria fazer o processo da liberdade ou condemnar a licençia? Quando estabeleceu que a liberdade e a igualdade não eram protegidas pela autoridade, e desenvolvidas depois este pensamento em relação ao governo, seria isso atacar a liberdade, seria fazer o processo á liberdade, ou pelo contrario, querer mostrar, como lhe parece que mostrou, que é o ministerio que tem saído do caminho da verdadeira liberdade, não sómente com relação ao pensamento politico que desenvolvem, mas também em relação á observancia da carta constitucional, como se mostra por actos ministeriaes, que importam infracção das leis? Onde está na carta que os ministros são responsaveis pela inobservancia das leis?

Portanto o que disse, em relação á liberdade, é exactamente aquillo que fazem todos os homens que a prezam; apresentem as verdadeiras idéas para mostrar que, se por ventura o governo tinha marchado conforme aquillo que elle, orador, entendia, que era a verdadeira liberdade, e com elle entendiam todos os homens que têm escripto sobre a materia, ou se, pelo contrario, o governo se tinha desviado d'esses principios.

Se é fazer o processo á liberdade o tratar de defender estas theorias, queria ser de boamente esse accusador, porque ao seu lado havia de ver os homens politicos mais eminentes, que têm defendido os mesmos principios que elle, orador, defende, e esses homens são os Bentham, Benjamin Constant, Duchatel, e outros homens d'esta natureza.

Effectivamente, ao que o sr. ministro do reino devia principalmente attender, era aos principios gerais que tinha estabelecido, e ao fim a que se havia dirigido; e depois de ter conhecido isto, devia então applicar a sua critica, para saber se, sim ou não, o seu pensamento estava desenvolvido de baixo d'estes mesmos principios, ou da influencia d'elles.

O sr. ministro não podia, segundo a sua critica e lealdade, deixar de apreciar conjuntamente os pontos que tocou; porque só assim é que podia conhecer o verdadeiro espirito com que fallou, e obrando assim, não deveria vir levantar a sua voz no parlamento, dizendo que elle, orador, tinha feito o processo á liberdade do paiz, quando havia feito exactamente o contrario do que s. ex.ª lhe attribuiu.

A liberdade existe, em principio, nas nossas instituições, mas de facto tem sido atacada e offendida por muitos factos praticados pelo governo, os quaes tendem, senão a destruir, ao menos a enfraquecer a mesma liberdade.

Tambem o sr. ministro disse, que elle tinha atacado o credito publico, e abalado, por consequencia; nos seus fundamentos, a independencia nacional. A este respeito tem a observar, que quem expõe doutrinas tendentes á sustentação do credito publico, não mata, vivifica esse credito.

O credito publico não vive, nem pôde viver, senão da verdade, e o estado não lucra em occultar as suas finanças unicamente com o fim de se haver, por meio de um expediente, mais esta ou aquella quantia.

Os paizes a que tantas vezes se tem feito allusão, a França, a Inglaterra, a Belgica, e a que o sr. ministro do reino também alludiu, e esses paizes tratam de expor todos os annos, da maneira a mais publica, positiva, clara e solemne, o seu estado de finanças, e esse estado de finanças não abrange uma epocha, abrange as finanças em geral desde o seu principio até ao ponto em que se publicam os seus respectivos relatórios. Esta é a verdade. E quaes são as consequencias d'isto? São aquellas que já se tem apontado, são que esses paizes, apesar da sua divida onerosissima, continuam com o seu credito

bem sustentado e mantido. E quando, alludindo ao que se tem feito entre nós, e aquillo que se devia fazer, apresento o estado das nossas finanças, não podia deixar de se ver que adoptava como modelo aquellas nações, porque via os effectos do seu systema; e se esse systema se tivesse seguido entre nós, todos estariam muito mais no facto do verdadeiro estado das nossas finanças, e podiam, por isso, os representantes do paiz entrar mais e melhor nas questões de fazenda. Mais proveitosa era essa publicação franca, do que trazer hoje um fragmento d'essas finanças, amanhã outro fragmento, sem que por elles se possa formar um juizo sobre o nosso estado financeiro.

Qual é o systema de liberdade senão esse systema da publicidade? E qual é a principal obrigação do governo, senão apresentar ao paiz os seus verdadeiros encargos, para á vista d'elles se conhecer a justiça e necessidade com que o governo procede no pedido de novos tributos com que quer onerar a nação? Como pôde o governo apresentar-se bem, perante o paiz, e pedir-lhe novos sacrificios, sem lhe dizer: eis o estado das finanças; eis aquillo de que o paiz precisa para continuar a ser independente?

Quando aprecio o estado das nossas finanças, não pôde deixar de as considerar nas tres epochas que referi: na epocha até 1852; na epocha de 1852 a 1859, e na epocha de 1859; e o futuro que o ministerio nos apresenta. E n'isto não fez senão apresentar o quadro verdadeiro d'este nosso estado perante a camara, e perante o paiz, para que soubessem o terreno em que tem de marchar. E entende que nas suas observações fez um bem á verdade, e que procedeu como se procede em similhante caso em todas as nações onde se sabe de finanças, e onde as finanças não são um segredo, e os seus documentos não ficam enterrados nas secretarias das camaras ou nas do estado.

Tambem o sr. ministro do reino disse que elle, orador, atacara e fizera o processo a todas as administrações que tem havido. Em que? Porventura referiu-se especialmente a alguma administração? Tratou de epochas e de epochas notaveis, para mostrar o nosso estado, sem se referir a pessoa ou administração alguma. O que tratou foi de apresentar o verdadeiro estado em que nos achavamos, para condemnar a continuação de um systema que todos são concordes em condemnar, porque todos tem razão sufficiente, e conhecimento bastante para ver que é impossivel que um paiz viva sempre, e em todas as occasiões, de credito. O credito é para certas e determinadas circumstancias, e estas certas e determinadas circumstancias não existiram, nem existem agora, para a avultada quantia que o ministerio actual pede.

Se se onerar o trabalho e a propriedade, sem se estabelecer a verdadeira confiança, o resultado será que o credito em vez de progredir, em vez de manter-se, ha de necessariamente retrogradar, e ha de, em consequencia d'isso, vir a crise que elle, orador, quiz evitar com as reflexões que apresentou.

Reconhece que o credito é uma criação das sociedades modernas, principalmente o credito financeiro; mas também deve acrescentar que o credito não pôde sustentar-se senão por effecto das liberdades publicas, da justiça, e das relações internas.

O ministerio marcha erradamente, quando quer continuar, como se tem feito ha muito tempo, vindo só á cutta do credito; e muito mais quando d'esse mesmo credito se querem pagar as despesas ordinarias do estado, como se tem confessado.

Em vista do que leva ponderado entende que as duas accusações que o sr. ministro do reino lhe dirigiu, especialmente no sentido de o apresentar á camara e ao paiz como tendo feito o processo á liberdade, e atacado o credito publico, não pôde deixar de as julgar impertinentes.

Assim apresentada esta especie de explicação, com relação á sua pessoa, passa a responder a cada um dos argumentos que o sr. ministro do reino apresentou contra as censuras ou reparos que fizera a cada um dos actos do ministerio.

Estabelecer a sustenta ainda, que a dissolução da camara transacta tinha sido um acto inconstitucional e contra os verdadeiros principios.

Apesar do sr. ministro do reino ter dito no principio do seu discurso, que era extemporaneo, e fóra d'esta quadra de civilização este modo de discutir a resposta, veio contudo depois a confessar a oportunidade d'esta discussão, quando deu á camara immediata aquella que é dissoluta, o direito de conhecer da constitucionalidade ou inconstitucionalidade da dissolução. Portanto a questão da oportunidade está posta de parte pela confissão do proprio ministro, e por isso se limitaria a tratar da questão da constitucionalidade.

Em vista da carta, a dissolução da camara attribuida ao poder moderador, não pôde verificar-se senão quando o exigir a *salvação do estado*, e estabelecendo isto a carta, não fez juiz da conveniencia d'essa dissolução só o ministerio, como afirmou o sr. ministro do reino. O ministerio pôde propor ao poder moderador a dissolução; mas o ministerio n'este objecto não é chamado pela carta para dar a sua opinião; quem é chamado para esse fim, e quem tem a responsabilidade, n'este objecto e n'outros identicos, é o conselho de estado, e em objecto de attribuições é claro que não pode pertencer a qualquero ramo dos poderes politicos aquillo que lhe não esteja marcado na mesma carta. A questão reduz-se a attender a significação das palavras, *salvação publica*; se o ministerio apresentasse como condição para essa dissolução factos ou circumstancias que estivessem comprehendidos na verdadeira condição da *salvação publica*, é claro que não se podia deixar de dizer, que o ministerio estava no seu direito, propondo e aconselhando á coroa a dissolução; mas desde que se mostrasse, como mostrou, que aquellas circumstancias não se deram, na gravidade que se comprehende nas palavras *salvação publica*, é claro que obrou inconstitucionalmente.

Tendo dado a hora, o orador ficou com a palavra reservada para a seguinte sessão.

O sr. Presidente:—nota, que achando-se já constituída a maior parte das comissões, e tendo estas trabalhos muito importantes de que precisam occupar-se, não pôde deixar de destinar algum dia para esses trabalhos, portanto a ordem do dia para amanhã será a camara dividir-se em comissões, depois da leitura da correspondencia, e levanta a sessão.—*Eram quatro horas da tarde.*

Parcer das comissões de fazenda e de obras publicas reunidas á cerca do contrato celebrado entre o governo portuguez e D. José de Salamanca, para a construção dos caminhos de ferro de Lisboa ao Porto e á fronteira de Hespanha, na parte que depende de sanção legislativa.

Senhores:—As comissões de fazenda e de obras publicas reunidas, pesando grave e reflectidamente, nas suas multiplices relações com a economia do paiz e com o thesouro publico, o contrato dos caminhos de ferro do leste e norte do reino, celebrado provisoriamente em 14 de setembro de 1859 com D. José de Salamanca, concessionario de algumas linhas importantes da nação visinha; e bem assim a proposta de algumas alterações que se acham consignadas no mesmo projecto de lei, e o completam; vêm hoje, fortes do seu convencimento e seguras de bem haverem comprehendido os verdadeiros interesses do seu paiz, submeter ao vosso elevado juizo a definitiva opinião em que assentaram acerca do valor e importancia d'esse contrato.

Considerado o contrato no seu complexo de estipulações e regras, elle parece bem adequado a tornar efectiva e real não só a construção, senão também a exploração d'essas duas linhas de ferro, as mais proprias para consummar em breve uma profunda regeneração economica no nosso paiz.

E com quanto as comissões não ignorem, quantas difficuldades e embaraços costumam sempre surgir na execução detalhada das diferentes partes d'estes extensissimos negocios, é certo que por tal arte se acham no contrato enunciados os preceitos e formuladas as cautelas, que as comissões não duvidam crer, que virão a evitar-se no futuro equívocos ou falsas interpretações da lei, sempre perturbadoras do progresso das obras, quando não são também gravosas para o thesouro. São constantemente seguidos e respeitados n'este contrato os mais salutarres e scientificos preceitos que regulam esta materia na actualidade. Foram também n'ello, não é ocioso dizê-lo, respeitadas e mantidas sempre as justas regalías do governo portuguez, em todos os pontos de duvida ou de conflicto que podessem acaso levantar-se entre as duas partes contratantes.

Podendo ter-se adoptado para a realização d'este contrato qualquer dos methodos de subsidio hoje conhecidos e experimentados, quer seja em obras e trabalhos, quer em uma parte aliquota do capital empregado, quer na garantia do minimo do juro, ou n'um interesse fixo e invariavel, methodos, que todos podem ter sua razão de applicação e preferencia segundo os diversos casos e circumstancias, é innegavel, e as comissões reconhecem-n'o, que o methodo adoptado pelo governo n'este contrato, o da *subvenção pecuniaria*, é de todos o que melhor poderia convir ao estado economico em que se acha o nosso paiz.

Procurando somente estabelecer a comparação entre os dois methodos mais geralmente seguidos, da garantia do minimo de juro, de que já houve exemplo no nosso paiz, e o methodo de subvenção actualmente proposto, resultam em favor d'este vantagens incontestaveis. N'um paiz como Portugal, mal affeito aos habitos da moderna vida economica, irresoluto na iniciativa, moroso e tarduo nas empresas de especulação mercantil, as probabilidades de um exiguu interesse, nos primeiros tempos da exploração d'estas linhas de movimento acelerado, ganham um tal caracter de certeza, que é impossivel desconhecer; resultando d'ahi, supposto o methodo da garantia do minimo de juro, um onus permanente, e contudo variavel para o thesouro durante um certo lapso de tempo, que não é dado calcular. Pelo methodo porém da subvenção, o onus para a fazenda é fixo e determinado. Na hypothese supposta do contrato actual, por exemplo, resulta para os encargos do thesouro o seguinte: é estipulado pelo contrato a subvenção de 4.500 libras por kilometro para o caminho de leste, e de 5.400 libras para o caminho do norte; e como da Ponte de Asseca a fronteira de Hespanha vão 196 kilometros, segue-se que a subvenção para leste é de 882.000 libras; e indo desde o ponto de bifurcação dos dois caminhos, junto da Ponte da Pedra, para o norte, a distancia approximada de 218 kilometros, resulta para o thesouro o encargo de 1.177.200 libras: o que tudo dá pela somma 2.059.200 libras; e como d'ella haja de se subtrahir o correspondente ao subsidio dos 68 kilometros já construidos, e comprados pelo concessionario, o que importa em 306.000 libras, resulta para o encargo definitivo e final do thesouro a somma em libras de 1.753.200; e por isso que se acha também estipulado que o encontro das 306.000 libras, que o governo teria a receber do concessionario pela compra dos 68 kilometros já construidos, ha de ser feito em proporcional deducção do todo da somma respectiva a ambos os caminhos, ou em 14,86 por cento; resulta a final, que o subsidio liquido, que o governo portuguez tem a dar ao concessionario na linha de leste, é por kilometro libras 3.831,3; e na linha do norte 4.597,6 libras: o que tudo prova a verdade do que deixámos enunciar, ou que o encargo para o thesouro pelo methodo da subvenção é fixo e determinado, e bem assim qual elle seja para a hypothese que nos occupa. E acontecerá o mesmo a respeito da garantia do minimo de juro, da qual um dos elementos é sempre variavel e contingente, porque depende das eventualidades de uma exploração que é difficil, se não impossivel, de calcular? E não acrescerá ainda em favor do methodo seguido pelo governo no contrato com D. José de Salamanca, o não carecer a autoridade de vigiar e envolver-se de parte aos lucros auferidos pela empresa na exploração do caminho, como sendo o governo officialmente interessado n'esses lucros? E não se originam d'aqui inevitaveis despesas, suspensões e desintelligencias, sempre funestas, e uma assiduidade de vigilancia, tão difficil de manter, como facil de illudir?

Sobre tudo isto, senhores, o methodo da subvenção é o mais geralmente seguido hoje nos paizes que se preocupam dos seus interesses, e designadamente na nação visinha, a qual, á força de grandes esforços de patriotismo, e de rasgos de dedicação e vontade, tem procurado vencer, n'um curto lapso de tempo, a distancia que a separava dos povos mais adiantados e prosperos d'esta epocha.

Variando porém a cifra da subvenção segundo as condições economicas de cada paiz, o futuro provavel das obras a que se applica, a concorrência dos capitais, o valor do dinheiro, a epocha e praso das concessões, e em fim, segundo outras circumstancias, que fóra longo enumerar; as comissões entendem, que o subsidio estipulado no contrato a que se allude, tomada a media das subvenções de caminhos hespanhoes ultimamente concedidos, e pesadas também todas as circumstancias que podiam acaso influir n'esta apreciação, está mui longe de ser exagerado, e antes parece mui util e favoravel aos interesses do thesouro.

As comissões, senhores, também não podem deixar de congratular-se com a nação, pela circumstancia, tão inopinada como feliz, de ser feita conjuntamente sob os mesmos principios, em condições quasi identicas de encargos, e n'um mesmo contrato, a concessão das duas linhas ferreas as mais importantes do nosso reino, e cuja necessidade era de ha tanto tempo reclamada pelo voto de todos, pelas indicações mais seguras da economia publica, e pela mais acertada e util combinação dos interesses do commercio, tanto interno como externo.

As comissões não podem igualmente deixar de aceitar como vantajosa a dimensão que no contrato vem estipulada para a largura da via, ou de 1^m 67, de preferencia á largura ordinaria dos caminhos inglezes e da maior parte dos caminhos de ferro da Europa. A sciencia do movimento vae n'este ponto de accordo com os melhores principios de economia e segurança publica. É com a maior largura da via que se torna menos provavel o *desencarrilhamento*, que se dá maior estabilidade ao aparelho da locomoção, que se attenuam os perigos da grande velocidade nas curvas, ficando d'este modo mais possiveis com decididas vantagens economicas a respeito da extensão a percorrer, e sem augmento do perigo, curvas de menores raios.

Depois que Brunnel demonstrou e proclamou em Inglaterra a grande conveniencia da maior largura para as vias ferreas, fora desconhecer o progresso, e desatender os conselhos da sciencia e da pratica, se se não aceitasse no momento actual em que tratamos, o que de mais seguro e averiguado ha sobre um ponto, que é vida de perto toca os interesses publicos, a segurança e fides das cidadões. E tendo, no caso particular que nos respeita, as nossas linhas

ferreas de ir entroncar com as linhas de ferro hespanholas, e tal é uma das grandes vantagens da linha de leste, fora desastrosa e anti-económico o ir estabelecer para as nossas vias uma largura diversa da que se acha decretada para aquellas. E só com vias da mesma largura que se pôde evitar na fronteira a baldeação das mercadorias, tão incommoda como morosa na passagem de linhas de um tipo para outro; ou também a necessidade, sempre dispendiosa e muitas vezes difícil, da existência de uma terceira linha de transição destinada a estabelecer a continuidade entre linhas ferreas de diferentes dimensões, tal como se observa em França na linha de Seaux a Orsay, ou mais modernamente no entroncamento das linhas do Wurtemberg e de Bude, junto da estação de Bruchsal.

Se porém, senhores, segundo o que trazemos exposto, a largura da via qual se acha estabelecida no contrato é a mais conforme com os preceitos da sciencia do movimento, com as prescripções da segurança e da economia, não podemos também deixar de ponderar-vos, que estas immensas vantagens, adquiridas para o paiz, importam para a empresa o encargo, sem compensação, de ter de harmonisar por esse tipo a via já construída, perdendo por este facto todo o material rolante que a serve, e vindo assim a ficar consideravelmente augmentado o importe de todo esse troço de caminho.

A primeira das alterações propostas pelo governo diz respeito ao artigo 44.º do contrato provisório, no que toca ao preço das tarifas, durante o prazo da construção do caminho de leste. Esta alteração, que pôde considerar-se como importando um onus para os interesses do publico, mereceu pouco valor ás commissões, e mais lhes pareceu uma boa medida de methodo e preceito de regular doutrina, do que uma liberalidade feita á empresa. Seria absurdo, e de certo ponto em diante impossível, o manter e conservar as tarifas differencias que hoje regulam na linha de leste, autorizadas provisoriamente por decreto de 23 de dezembro de 1858, logo que a linha houvesse attingido, e isto succederia em breve, mais consideravel extensão. Pede a boa logica, o espirito com que foi laborado todo o contrato, que se admitta esta alteração por estar de accordo com os differentes §§ do artigo a que se allude, e por achar n'elles o seu correctivo. Nem parece ás commissões que esta alteração possa significar favor concedido á empresa com gravame para o publico; porque o decreto já citado, com as razões que o originaram, prova exuberantemente que na hypothese especial do nosso paiz, e para o curto lapso de tempo em que tem de vigorar a influencia d'esta alteração, é esta mesma alteração de um valor quasi nullo para os interesses de uma empresa que tem igualmente de ser exploradora.

Com respeito á segunda alteração proposta pelo governo, o que se refere ao § 6.º do mesmo artigo 44.º, entendem também as commissões que, alem da hypothese prevista ser extremamente improvavel, é de equidade que esta alteração seja admittida. Seria iniquo e pouco conforme com o espirito do contrato, que o governo desattendesse ao augmento da despesa na parte material da exploração, que necessariamente deve provir de uma extraordinaria concorrencia á linha, na hypothese de ter sido decretada uma diminuição nas tarifas; por tal forma e em taes circumstancias, que d'esta diminuição se seguisse um grande desenvolvimento na circulação.

A hypothese pois, com quanto seja improvavel, o pedido da alteração é justo, e as vossas commissões não hesitam em a concederem.

Quanto á parte propriamente financeira do contrato, isto é, quanto ao modo pelo qual mais convem ao estado realisar as sommas correspondentes ás despesas do caminho, e occorrer aos juros das operações que é necessario effectuar para esse fim; entenderam as commissões, de accordo com o governo, que taes assumptos deveriam ser reservados para a discussão das propostas que directamente lhes dizem respeito, e já foram submettidas á camara pelo ministerio da fazenda. Sendo todavia indispensavel que o governo fize habilitado para prover aos encargos immediatos, visto que o concessionario, em virtude do contrato, está já executando obras; propõe-se no 2.º artigo do projecto que o governo possa applicar para esse fim a parte que for necessaria do producto dos titulos de divida fundada externa, emitidos em virtude das autorizações concedidas ao governo pelos artigos 4.º e 6.º da lei de 4 de junho de 1857, e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858; e bem assim dos que ainda possam vir a ser emitidos, dentro dos limites fixados na obrigação geral approvada por decreto de 22 de junho de 1859.

Este methodo pareceu ás commissões o mais conducente a auxiliar a boa ordem das discussões parlamentares, e á necessidade de attender á boa fé com que o estado deve pela sua parte manter os direitos e cumprir as obrigações que resultam do contrato.

O ministro das obras publicas expoz ás commissões, que se havia suscitado divergencia entre o governo e a empresa sobre a interpretação dos artigos 7.º e 17.º, quanto á largura do caminho e á altura dos subterraneos; accrescendo ainda o vir estipulada no contrato a largura de 7m,40 para a distancia entre os pés direitos dos subterraneos e entre os parapetos das pontes, segundo era de uso nos caminhos, onde a largura da via não passava de 1m,44; quando actualmente aquella dimensão nos caminhos hespanholos, decretada na real ordem do 1.º de março de 1854, é de 7m,80; o que corresponde aproximadamente ao augmento que resulta da maior largura das vias hespanholas a respeito da largura das vias ordinarias.

Nestas circumstancias o governo entendeu que, para a mais prompta e mais segura execução do contrato, cumpria resolver immediatamente e sem recurso a arbitragem este ponto controverso de doutrina. Era também obvia e innegavel a conveniencia de dar aos subterraneos e pontes as dimensões que apresentam os perfis hespanholos, o que não era lícito levar a effecto sem indemnizar a empresa do acrescimo de dispendio a que este melhoramento a obrigava. E prestando-se alem disso a empresa a fazer outras concessões de reconhecida utilidade publica, o governo veio ao seio das commissões propor a introdução de um § 2.º ao artigo 1.º da proposta de lei que acompanha o contrato, o qual é concebido nos seguintes termos:

«E também o governo autorisado, logo que a empresa se tenha constituído em companhia ou sociedade, que no juizo do mesmo governo dê segurança completa da execução d'este contrato, a accorrdar com a mesma empresa nas seguintes condições:

«1.º A largura do caminho de ferro sobre o tercapleno será de 9m nos atterros, e de 8m,50 nas trincheiras e terrenos de rocha para duas vias, e de 5m,40 nos atterros, de 4m,90 nas trincheiras e terrenos de rocha para uma via.

«2.º A abertura dos subterraneos será pelo menos de 7m,80 entre os pés direitos da abobada. A altura desde o nível dos carris até ao intradorso da abobada de revestimento, contada sobre o eixo de qualquer das vias, será de 5m.

«3.º A largura entre os parapetos das pontes será de 8m.

«4.º Se a empresa julgar conveniente augmentar ainda as dimensões precedentes ou qualquer outra das que se acham estipuladas no contrato, poderá fazê-lo, de accordo com o governo, sem di-

recto a subsidio ou indemnização pelo excesso de despesa que d'ahi provenha.

«5.º O peso dos carris será pelo menos de 35 kilogrammas por metro corrente, no primeiro assentamento da via.

«6.º A empresa terá a faculdade de adiar a execução dos movimentos de terra para a segunda via no caminho de leste para a epocha em que o producto bruto annual for de 4:500:000 réis por kilometro, e no caminho do norte para quando o mesmo producto for de 5:400:000 réis. Se a empresa, quando chegarem as epochas acima mencionadas, não executar esta condição, poderá o governo mandar proceder aos trabalhos, e fazê-los executar por conta da mesma empresa.

«7.º O caminho de ferro de leste e o do norte até á margem esquerda do Douro estarão concluidos, e promptos para serem entregues á circulação, o primeiro dentro de dois annos e meio, e o segundo dentro de tres annos, a contar da approvação do contrato pelas cortes, devendo o do norte estar completo até á margem direita do Douro, na cidade do Porto, dentro de quatro annos a contar da mesma epocha.

«8.º Se em cada uma das epochas acima mencionadas não estiver concluido qualquer dos caminhos, a empresa será obrigada a executar então os movimentos de terra para a segunda via, tendo o governo o direito de os fazer executar por conta da mesma empresa, no caso em que ella se recuse a cumprir esta condição.

«9.º O governo terá o direito de fiscalisar os trabalhos para o fim de que elles tenham igual desenvolvimento nas linhas do norte e de leste, devendo em todo o caso estar concluidos e completos na linha do norte um numero de kilometros nunca inferior ao dos kilometros construidos na continuação da linha de leste, um anno depois da approvação do contrato pelas cortes.

Tal é, senhores, na sua integra a terceira alteração do contrato provisório proposta pelo governo. As commissões

Considerando que é de summa utilidade economica para o paiz que as importantes obras das duas linhas ferreas sejam executadas no menor espaço de tempo possível, e bem assim que sejam construidas nas melhores condições de estabilidade e segurança;

Considerando que é de grande vantagem para os interesses e prosperidade do publico, que as duas linhas ferreas de leste e do norte do reino sejam construidas simultanea e proporcionalmente;

Considerando que a concessão que o governo faz á empresa importa apenas o adiamento de um certo dispendio completamente imprudente para a empresa e o governo, em quanto se não verificam as condições estipuladas na proposta para o assentamento da segunda via;

Considerando que a concessão feita pelo governo á empresa, sem aggravar o thesouro com o menor encargo, vae racionalmente libertar a empresa do dispendio de um capital inutil, que longe de fructificar se vae successivamente deteriorando;

Considerando que os governos não podem nem devem nunca ter o menor desejo de prejudicar, sem nenhum beneficio para os povos que representam, os legitimos interesses das empresas que se afoitam a auxilia-los em suas mais auspiciosas tentativas de desenvolvimento e progresso;

Considerando que nas modernas concessões de linhas ferreas feitas em diversos paizes, e mais designadamente em Hespanha, se acha legalmente bandida, por absurda, aquella clausula dos contratos;

Considerando que tendo o concessionario, logo que o contrato provisório foi celebrado, e antes da approvação do parlamento, tomado posse immediata do troço do caminho de ferro que vae de Lisboa á ponte de Asseca, o facto com elle despezas importantes, libertou por esse modo o governo, sem prejuizo para a continuidade da viação publica, do encargo de uma exploração que lhe trazia perdas e embaraços;

Considerando que aquella concessão só é feita á empresa quando constituída em companhia ou sociedade, e que esta garantia tem um valor superior a todo o encarecimento;

Considerando finalmente que se não poderia abrir concurso, tendo attenção ás ultimas modificações, sem rescindir o contrato com a actual empresa, o que no estado em que se acham as cousas seria uma indesculpavel temeridade;

As commissões, senhores, por todos estes fundamentos e pelos mais fortes que derivam de seu viavaz e acrisolado patriotismo, não duvidam aceitar a responsabilidade que lhes cabe de approvarem plena e completamente a terceira alteração ao contrato provisório proposta pelo governo, nos termos e forma em que foi apresentada; e com ella approvarem todo o contrato, que foi submettido ao seu juizo.

São por isso, senhores, as vossas commissões de parecer que seja convertida em projecto de lei a seguinte proposta do governo.

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É approvado, na parte que depende da sancção legislativa, o contrato celebrado em 14 de setembro de 1859, entre o governo e D. José de Salamanca, para a construção dos caminhos de ferro de Lisboa ao Porto e á fronteira de Hespanha, o qual contrato vae junto á presente lei e d'ella faz parte.

§ 1.º É o governo autorisado a alterar, de accordo com a empresa, o artigo 44.º do mencionado contrato:

1.º Na parte em que determina que os preços hoje em vigor no caminho de ferro de leste fiquem estabelecidos como maximos até á conclusão do mesmo caminho, podendo estabelecer-se desde já o que dispõe o § 4.º do mesmo artigo, para o caso da conclusão da linha até á fronteira.

2.º No disposto no § 6.º do mencionado artigo 44.º, substituindo as palavras «o producto bruto total do ultimo anno» pelos seguintes termos: «o producto bruto das tarifas recebido pela empresa no ultimo anno, feita a deducção dos gastos materiaes da exploração.»

§ 2.º E também o governo autorisado, logo que a empresa se tenha constituído em companhia ou sociedade, que, no juizo do mesmo governo, dê segurança completa da execução d'este contrato, a accorrdar com a mesma empresa nas seguintes condições:

1.º A largura do caminho de ferro sobre o tercapleno será de 9m nos atterros, e de 8m,50 nas trincheiras e terrenos de rocha para duas vias, e de 5m,40 nos atterros, de 4m,90 nas trincheiras e terrenos de rocha para uma via.

2.º A abertura dos subterraneos será pelo menos de 7m,80 entre os pés direitos da abobada. A altura desde o nível dos carris até ao intradorso da abobada de revestimento, contada sobre o eixo de qualquer das vias, será de 5m.

3.º A largura entre os parapetos das pontes será de 8m.

4.º Se a empresa julgar conveniente augmentar ainda as dimensões precedentes ou qualquer outra das que se acham estipuladas no contrato, poderá fazê-lo, de accordo com o governo, sem direito a subsidio ou indemnização pelo excesso de despesa que d'ahi provenha.

5.º O peso dos carris será pelo menos de 35 kilogrammas por metro corrente no primeiro assentamento da via.

6.º A empresa terá a faculdade de adiar a ex-

ecução dos movimentos de terra para a segunda via, no caminho de leste, para a epocha em que o producto bruto annual for de 4:500:000 réis por kilometro, e no caminho do norte para quando o mesmo producto for de 5:400:000 réis. Se a empresa, quando chegarem as epochas acima mencionadas, não executar esta condição, poderá o governo mandar proceder aos trabalhos, e fazê-los executar por conta da mesma empresa.

7.º O caminho de ferro de leste e o do norte até á margem esquerda do Douro estarão concluidos e promptos para serem entregues á circulação, o primeiro dentro de dois annos e meio, e o segundo dentro de tres annos, a contar da approvação do contrato pelas cortes, devendo o do norte estar completo até á margem direita do Douro, na cidade do Porto, dentro de quatro annos, a contar da mesma epocha.

8.º Se em cada uma das epochas acima mencionadas não estiver concluido qualquer dos caminhos, a empresa será obrigada a executar então os movimentos de terra para a segunda via, tendo o governo o direito de os fazer executar, no caso em que ella se recuse a cumprir esta condição.

9.º O governo terá o direito de fiscalisar os trabalhos para o fim de que elles tenham igual desenvolvimento nas linhas do norte e de leste, devendo em todo o caso estar concluidos e completos na linha do norte um numero de kilometros nunca inferior ao dos kilometros construidos na continuação da linha de leste, um anno depois da approvação do contrato pelas cortes.

Art. 2.º O governo poderá applicar ao pagamento dos encargos resultantes do contrato approvado pelo artigo 1.º d'esta lei, e até que as cortes providenciassem definitivamente sobre o modo de occorrer aos mesmos encargos, a parte que for necessaria do producto dos titulos de divida fundada externa, já emitidos em virtude das autorizações concedidas ao governo pelos artigos 4.º e 6.º da lei de 4 de junho de 1857, e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858, e bem assim dos que ainda possam ser emitidos dentro dos limites fixados na obrigação geral, approvada por decreto de 22 de junho de 1859.

§ unico. O encargo, que resultar para o thesouro das operações autorizadas n'este artigo, não será superior ao juro dos bonds correspondentes, segundo o preço que tiverem no mercado quando se effectuar a transacção, adicionando $\frac{1}{4}$ a importância do mesmo juro.

Art. 3.º O governo dará conta ás cortes, em cada sessão legislativa, do estado da construção das linhas ferreas concedidas pela presente lei, do modo como o contrato tiver sido executado, e do uso que houver feito da autorisação concedida pelo artigo 2.º d'esta lei.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario. Sala das commissões de fazenda e obras publicas reunidas, em 5 de março de 1860.—Antonio José d'Avila (com declarações)—José Estevo Coelho de Magalhães—Joaquim Gonçalves Mamede—Thomás de Carvalho—Rodrigo Nogueira Soares Vieira—Joaquim Thomás Lobo de Avila (com declarações)—Justino Antonio de Freitas—Antonio Rodrigues Sampaio—Augusto Xavier Palmeirim—Augusto Xavier da Silva (vencido nos §§ do artigo 1.º, e com declaração no artigo 2.º)—Thiago Augusto Velloso da Horta (com declarações)—Antonio de Carvalho Coutinho de Vasconcellos—Cyrillo Machado—Hermenegildo Gomes da Palma—Fernando Luiz Mozinho de Albuquerque—Francisco José da Costa Lobo—José Maria da Ponte e Horta, relator.

Propostas de lei apresentadas pelo sr. ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em sessão de 29 de fevereiro de 1860 (Continuado do n.º antecedente)

PROPOSTA DE LEI DE ASSISTENCIA CIVIL

Artigo 1.º A assistencia judiciaria civil é concedida aos litigantes pobres, nos casos, e pela forma estabelecidos na presente lei.

Art. 2.º A admissão á assistencia judiciaria, perante os tribunales de primeira instancia civil e commerciaes é decidida por um conselho, composto em cada comarca do delegado do procurador regio, presidente com voto, do administrador do concelho onde for situada a capital da comarca, e de um advogado inscripto na mesma comarca.

Art. 3.º A admissão á assistencia judiciaria perante os tribunales civis de segunda instancia será decidida por um conselho, composto do procurador regio, presidente com voto, do governador civil do districto, e de um advogado, escolhido todos os annos, sobre proposta da associação dos advogados, havendo-a.

Art. 4.º A assistencia judiciaria será reclamada pela pessoa interessada, ou por quem legitimamente a representar, em requerimento documentado, dirigido á commissão que funcione junto do tribunal competente, por via do agente do ministerio publico que d'ella fizer parte, ao qual pertencerá a obrigação de o apresentar á mesma commissão.

Art. 5.º O requerimento para a assistencia judiciaria deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

1.º Certidão passada pelo escrivão de fazenda do domicilio do requerente, que prove que este não é collectado em imposto predial ou industrial.

2.º Attestado passado pela respectiva camara municipal, confirmado pelo administrador do concelho, que mostre quaes são os meios de subsistencia do requerente, e que, em razão da sua indigencia, está impossibilitado de exercer judicialmente os seus direitos.

3.º Uma exposição resumida d'esses direitos, com indicação dos factos ou documentos em que se fundam, ou lhes servem de prova.

§ unico. Os attestados e certidões, de que faz menção este artigo, serão passados gratuitamente pelas pessoas a quem competir.

Art. 6.º A commissão de assistencia poderá proceder a todas as indagações que considerar necessarias; e deverá:

1.º Fazer intimar a parte adversa, se ella residir na mesma comarca, para que venha, querendo, contrariar a justificação de pobreza, ou dar quaesquer explicações sobre a questão.

2.º Fazer as possiveis diligencias para trazer as partes á conciliação por meios puramente suarios.

Art. 7.º Estes processos serão summarios, terão uma distribuição separada, e servirão n'elles os escrivães e officiaes do juizo.

Art. 8.º Em vista dos autos a commissão decidirá se a assistencia deve ou não ser concedida.

§ unico. D'esta decisão não cabe recurso algum.

Art. 9.º Se o tribunal, ante cuja commissão for requerida a assistencia, for incompetente, a commissão demittirá de si o conhecimento da petição, indicando o tribunal a cuja commissão deve ser dirigida.

Art. 10.º As decisões da commissão sobre a competencia do juizo, a justica do requerente, as provas do seu direito, ou mesmo a sua pobreza, não poderão, em caso algum, prejudicar o mesmo requerente no juizo contencioso.

Art. 11.º O que for admittido á assistencia judiciaria perante um tribunal de primeira instancia, continuará a gosar o mesmo beneficio perante a segunda instancia e o supremo tribunal de justiça, sendo elle o appellado ou recorrido, independentemente de novo requerimento ou decisão.

Art. 12.º Sendo porem appellant o recorrente, para que a assistencia continue a aproveitar-lhe, será necessario que a requira á commissão respectiva, e que esta lha conceda.

Art. 13.º Os processos preparatorios para a concessão da assistencia judiciaria serão concluidos dentro do prazo de trinta dias, o mais tardar, a contar da data da distribuição.

Art. 14.º Dentro do prazo de cinco dias, a contar da data do despacho que conceder a assistencia judiciaria, deverá o presidente da commissão communicar ao juiz ou presidente do tribunal respectivo, remetendo-lhe o processo original da concessão da assistencia, para ser appenso aos respectivos autos da acção pendente no mesmo juizo, ou que n'elle vier a pender.

Art. 15.º A assistencia judiciaria consiste:

1.º Na promoção dos termos do processo pelo ministerio publico, todas as vezes que não tiver de figurar pela parte contraria como curador de menores, ausentes ou interdictos, ou como advogado da fazenda nacional.

2.º Na nomeação de um advogado *ex officio*, pela mesma forma, e com as mesmas obrigações com que tem logar nas causas criminaes, quando houver impedimento do ministerio publico, nos termos do n.º 1.º

3.º Na dispensa de previo pagamento de custas, preparos, sellos, e quaesquer outras despesas judiciaes, que serão contados para serem pagos a final.

4.º Na nomeação de um solicitador *ex officio*, quando o interessado o requerer.

§ unico. O honorario do advogado e os salarios do solicitador serão arbitrados no julgamento final do processo pelo tribunal em que elle tiver corrido, e entrarão na conta de custas.

Art. 16.º A parte que for condemnada será obrigada ao pagamento de todas as despesas que forem contadas, nos termos do n.º 3.º e § unico do artigo antecedente, pela forma declarada nos artigos seguintes.

Art. 17.º Se a pessoa que tiver obtido a assistencia vencer no todo a acção proposta, pagará a totalidade da conta, ficando com direito a have-la da parte condemnada.

§ 1.º Se obtiver vencimento só em parte pagará a conta na proporção correspondente a essa parte, com o direito de reversão estipulado no artigo antecedente; e o resto será directamente pago pela parte que for condemnada.

§ 2.º Se for condemnada na totalidade da acção proposta, ficará responsavel pelo pagamento da conta, que lhe será exigido em qualquer tempo em que tenha bens por onde o faça.

§ 3.º A proporção para o pagamento de custas, na hypothese do n.º 1.º, será fixada pelo juiz ou tribunal na respectiva sentença ou accordo.

Art. 18.º A cobrança da importancia da conta será feita pela mesma forma que a das dividas da fazenda nacional, cujo privilegio ficará gosando; e poderá ser promovida pelo ministerio publico, solicitador da fazenda ou qualquer interessado.

Art. 19.º Cessa o beneficio da assistencia, provando-se:

1.º Que a pessoa a quem fora concedida adquiriu recursos suficientes para a poder dispensar;

2.º Que a prova dos requisitos necessarios para a concessão da assistencia foi falsa.

§ unico. Neste ultimo caso terá logar também procedimento criminal, se houver motivo para elle.

Art. 20.º A cessação da assistencia judiciaria será pronunciada em despacho fundamentado pela mesma commissão que a tiver concedido, e sempre com previa audiencia da parte interessada, ou sua revelia; e poderá ser requerida pelo ministerio publico ou pela parte adversa.

§ unico. Este despacho será communicado ao juiz do processo, o qual o levará ao conhecimento do tribunal superior, se n'elle pender por effecto de recurso.

Art. 21.º A cessação da assistencia judiciaria consiste:

1.º Na conta immediata das custas do processo e subseqente exigibilidade d'ellas contra a pessoa a quem tiver sido concedida.

2.º Na cessação de futuro de todos os effectos da mesma assistencia especificados no artigo 15.º

Art. 22.º O governo fará os regulamentos necessarios para a execução da presente lei.

Art. 23.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 28 de fevereiro de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

PROPOSTA DE LEI ORGANICA DE PRISÕES

TITULO I

Da divisão e classificação das prisões

Artigo 1.º As prisões civis no continente do reino e illas adjacentes dividem-se em:

1.º Prisões de policia e detenção.

2.º Prisões de retenção de indicados e correção.

3.º Prisões de cumprimento de pena.

Art. 2.º As casas de prisão serão:

1.º Municipaes.

2.º Districtaes.

3.º Penitenciarias.

Art. 3.º Em cada capital de concelho haverá uma prisão municipal.

§ unico. As prisões municipaes são destinadas:

1.º A detenções policiaes.

2.º A detenção de individuos presos por crimes até á indiciação e perguntas.

3.º A execução de penas correccionaes até quinze dias de prisão.

4.º Ao deposito dos presos por occasião de transito ou de julgamento.

Art. 4.º Em cada capital de districto administrativo haverá uma prisão districtal.

§ 1.º As prisões districtaes são destinadas para:

1.º Retenção dos réus indicados em processo de julgamento.

2.º Execução de penas correccionaes até um anno.

3.º Detenção dos presos meramente civis.

4.º Deposito de presos por occasião de julgamento, quando este dever ter logar na capital do districto.

§ 2.º Nas capitães dos districtos administrativos as prisões municipaes são annexas ás districtaes.

Art. 5.º Em cada districto de relação no continente do reino haverá uma prisão penitenciaria.

§ unico. As prisões penitenciarias são destinadas ao cumprimento de penas de mais de um anno de prisão.

TITULO II

Das despesas e dotação das prisões

Art. 6.º A despesa das prisões é ordinaria ou extraordinaria.

§ 1.º A despesa ordinaria comprehende:

1.º Reparos de edificios.

2.º Sustentação e vestuario de presos.

3.º Mobilia.

4.º Administração interna.

§ 2.º A despesa extraordinaria comprehende as construcções de edificios no todo ou em parte.

Art. 7.º Nas prisões municipaes tanto as despesas ordinarias como as extraordinarias estarão a cargo dos respectivos municipios.

§ unico. Quando porém as despesas extraordinarias de alguma prisão municipal forem tão avultadas, que possam sobrecarregar excessivamente o municipio, o governo poderá conceder-lhe um subsidio que considere sufficiente para que a respo-

citiva camara municipal possa sem gravame fazer face a essas despesas.

Art. 8.º Nas prisões districtaes as despesas, tanto ordinarias como extraordinarias, ficam a cargo dos respectivos districtos.

§ unico. Para as despesas extraordinarias, quando forem avultadas, poderá o governo conceder um subsidio que julgar conveniente.

Art. 9.º Nas prisões penitenciarias, as despesas ordinarias e extraordinarias ficam a cargo do estado.

Art. 10.º A dotação das prisões municipaes será composta:

§ 1.º Do producto do trabalho dos presos na forma dos artigos 17.º, § 1.º, e 18.º, §§ 2.º e 3.º

§ 2.º Das contribuições dos presos na forma do artigo 18.º, § 1.º

§ 3.º De donativos de qualquer especie.

§ 4.º De uma contribuição paga pelo respectivo municipio para preencher o que faltar; a qual sairá da totalidade dos rendimentos municipaes, e será incluída no respectivo orçamento, precedendo proposta da respectiva commissão administrativa.

Art. 11.º A dotação das prisões districtaes será composta:

§ 1.º Do producto do trabalho dos presos na forma dos artigos 17.º, § 1.º, e 18.º, §§ 2.º e 3.º

§ 2.º Das contribuições dos presos na forma do artigo

officinas, e para as praticas de instrucção religiosa, moral e civil, habitarão cellas dispostas de maneira que não possa haver communicação entre elles.

Art. 33.º Em todos os exercicios em commun empregam-se-lhe as diligencias possiveis para impedir que os presos pratiquem uns com os outros, guardando-se sempre a maior regularidade.

Art. 34. Nas prisões penitenciarias o trabalho é obrigatorio.

Art. 35.º O trabalho nas officinas será em commun dentro de cada uma das classes; e os mestres serão homens não criminosos, de bons costumes, que alem da direcção do trabalho deverão tambem responder pela regularidade do serviço dos respectivos presos.

§ 1.º Haverá diferentes officinas para os trabalhos mais apropriados á condicção dos presos e aos usos da vida.

§ 2.º Quando algum preso souber officio de que na prisão não haja officina, ser-lhe-ha permitido o seu exercicio, designando-se para isso a officina, cujos trabalhos forem mais analogos.

Art. 36.º Em todas as prisões haverá exercicios quotidianos religiosos e de instrucção moral e civil pela forma que for designada nos regulamentos; onde igualmente serão designadas as horas do trabalho, descanso, instrucção, praticas religiosas, refeições, bem como as pessoas a quem será permitido visitar os presos, e o modo d'essas visitas.

Art. 37.º O producto do trabalho dos presos pertence ao estado.

§ 1.º Uma parte d'este producto poderá ser-lhes concedida durante o tempo da prisão, á saída ou depois.

§ 2.º Os regulamentos designarão os casos e o tempo em que esta concessão poderá ter lugar.

§ 3.º Esta parte não poderá exceder: Em relação aos condemnados a penas perpetuas, tres decimos.

Em relação aos condemnados a penas temporarias, de tres annos para cima, quatro decimos.

Em relação aos restantes cinco decimos.

Art. 38.º Os presos que ao tempo em que a presente lei for posta em execução estiverem cumprindo sentença ficarão sujeitos ás prescripções da nova lei pelo tempo que lhes restar, sendo porém a pena reduzida a dois terços quando for temporaria.

§ unico. Quando a pena for perpetua poderá ser commutada em temporaria, segundo a natureza do crime, e tempo de pena que o condemnado tiver soffrido.

TITULO VII

Disposições gerais

Art. 39.º Em todas as prisões haverá completa separação de sexos, e em cada um d'estes divisões entre adolescentes e adultos.

Art. 40.º Alem d'estas haverá nas diversas ordens de prisões as classificações que forem convenientes para a sua boa ordem e policia, tendo-se em vista a antecedente conducta dos criminosos e a maneira por que se comportarem na prisão.

§ 1.º Nos regulamentos se estabelecerão as vantagens que umas classes devem ter sobre as outras.

§ 2.º A passagem de umas para outras classes será considerada, ou como recompensa do bom comportamento dos presos, demonstrado por provas claras e constantes; ou como castigo pelas faltas que commetterem.

Art. 41.º Os condemnados a degredo, em quanto não forem enviados para o seu destino, serão completamente sujeitos ao regimen e trabalho nas prisões penitenciarias.

§ unico. O tempo que assim passaram na prisão ser-lhes-ha levado em conta no tempo de degredo.

Art. 42.º Poderá estabelecer-se a pena mixta de prisão no reino e degredo, com tanto que a duração da primeira não exceda a terça parte da duração total da pena.

Art. 43.º Fica autorisado o governo para vender os edificios das cadeias que não poderem servir no sistema de prisões estabelecido n'esta lei, devendo o seu producto ser applicado para as despesas de construcção das novas prisões.

§ unico. Quando as prisões forem propriedade dos municipios poderá o governo autorisar a sua venda com as condições prescriptas n'este artigo.

Art. 44.º E o governo autorisado a converter as cadeias actuaes do reino e ilhas adjacentes nos usos de que trata a presente lei.

Art. 45.º E igualmente autorisado o governo a fazer, segundo as bases contidas na presente lei, todos os regulamentos necessarios.

Art. 46.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 28 de fevereiro de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º Os inventarios e quaesquer outros actos de processo orphanologico, nas comarcas de Lisboa e Porto, ficam sujeitos á distribuição por todos os cartorios, pela forma que se acha estabelecida para a distribuição dos feitos civis nas mesmas comarcas.

Art. 2.º A esta distribuição é applicavel o que se acha disposto na novissima reforma judicial, lei de 16 de junho de 1855, e mais legislação correspondente.

Art. 3.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 28 de fevereiro de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É extinto o tribunal da relação dos Açores.

Art. 2.º As causas, que excederem a alçada dos juizes de direito no archipelago dos Açores, terão recurso para a relação de Lisboa.

Art. 3.º Os juizes que até aqui compaream aquelle tribunal serão distribuidos pelas relações de Lisboa e Porto, segundo a conveniencia do serviço publico.

Art. 4.º Os restantes empregados, que serviam junto d'aquelle tribunal, receberão nos tribunales do reino ou das ilhas adjacentes collocações tão similiaes ás que tinham, quando seja possivel; garantindo-se-lhes em todo o caso os mesmos ordenados e vencimentos.

Art. 5.º Fica extinto o tribunal commercial de segunda instancia.

Art. 6.º As attribuições que pelo código commercial lhe pertenciam ficam sendo da competencia das relações do reino nos seus respectivos districtos.

Art. 7.º As apellações e mais objectos que nos termos do artigo antecedente ficam sendo da competencia das relações continuarão a ser processados e julgados pela forma e ordem especial marcada no código commercial.

§ unico. O seu julgamento terá preferencia pela forma que for indicada nos regulamentos do tribunal.

Art. 8.º As apellações que dos tribunales commerciaes de primeira instancia subirem ás relações serão classificadas e distribuidas como as demais apellações em feitos civis.

Art. 9.º Os juizes do tribunal commercial de segunda instancia ficarão pertencendo ao quadro da relação de Lisboa.

Art. 10.º As restantes empregados d'este tribunal serão applicavel o que se acha disposto no artigo 4.º da presente lei.

Art. 11.º E o governo autorisado para adoptar

as provisões regulamentares que se mostrarem necessarias para levar a effeito a extincção dos referidos tribunales.

Art. 12.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 28 de fevereiro de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

ERRATA AO N.º 54 DO DIARIO DE LISBOA

PAGINA 224, 4.ª COLUMNA

Artigo 136.º, § unico. Onde se lê:—ser o procurador geral da coroa, ou algum dos seus ajudantes—deve ler-se—algum dos ajudantes do procurador geral da coroa.—

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Lamego.—Tratando das diligencias que se têm empregado n'esta cidade para perseguir os modeladores falsos, diz o *Nacional*, de 3, o seguinte:

«Os agentes de policia, que o sr. governador civil, visconde de Gouveia, mandou a Lamego, apprehenderam hontem, auxiliados pela autoridade local, uma fabrica de moeda falsa.

«Consta-nos tambem que já foram presas diversas pessoas implicadas naquelle criminoso trafico.

«Logo que recebermos os promotores d'esta importante diligencia, não pouparemos os elogios a quem os merecer, devendo dizer desde já, que tanto os agentes enviados pelo nosso primeiro magistrado, como o delegado do procurador regio, prestaram valiosos serviços.»

—Uma correspondencia dirigida d'esta cidade ao *Viriato* de Vizeu, em data de 28 do passado, dá tambem a seguinte noticia:

«Acabam de entrar nas cadeias d'esta cidade Manuel da Trindade e dois filhos, naturaes da Penajóia, implicados no crime de moeda falsa. A diligencia d'estas prisões foi feita pessoalmente pelo sr. José de Beires, administrador do concelho, auxiliado por uma força militar de infantaria 9. No acto das mesmas prisões foram apprehendidos alguns objectos indicativos do crime.»

—O *Viriato* de 2 do corrente ainda escreve o que em seguida transcrevemos acerca do mesmo assumpto:

«Depois de varias indagações pôde o sr. administrador de Lamego chegar ao conhecimento de que havia razão para suspeitar que nas lagoas de Penajóia, em casa de um Manuel Trindade, se fazia dinheiro falso.

«No dia 26 do corrente aquelle funcionario foi ás lagoas, e depois de uma rigorosa busca, não encontrando balancé, achou contudo chapas e outros utensilios que indicavam ter ali existido.

«O dono da casa e os filhos foram logo presos e entregues ao poder judicial.

«O sr. administrador de Lamego não cessa de empregar todos os meios de prestar á sociedade o grande serviço de descobrir estes como outros criminosos. A muita actividade e muito zelo pelo serviço reune muita perspicacia e muita prudencia.»

Porto.—No dia 3 do corrente reuniu-se a assembléa geral da *companhia de reboques*, para lhe ser presente o estado da mesma companhia, relativo ao anno findo. O *Jornal do Porto* publica o seguinte extracto da sessão:

«Abriu a sessão o sr. Eduardo Mozer, vice-presidente, e depois cedeu a cadeira ao presidente, o ex.º sr. Isidoro de Lacerda.

«Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

«O sr. administrador Manuel Pereira Pena deu conta da sua gerencia, da fórma seguinte:

RECEITA

Reboques effectuados 9:151\$727

Saldo dos srs. Redpath e Rosas 215\$906

Saldo do anno anterior 1:305\$906

Réis 10:672\$717

DESPESA

Para compra de carvão, premios de seguros, soldadas, pilotagens, concertos, etc. 6:384\$844

Carvão em ser, seu valor 1:032\$500

Saldo a favor, réis 5:320\$373

FUNDO DE RESERVA

Tres acções do banco mercantil, seu valor actual 720\$000

Em dinheiro 47\$810

Dividendo do 1.º semestre do banco mercantil 15\$000

Dez por cento da receita bruta do corrente anno economico 963\$763

Réis 1:746\$573

«Fica portanto para pagamento do capital (abrida a verba do fundo de reserva 963\$763 réis) 4:356\$610 réis, de modo que, restituindo 10\$000 réis por conta do capital das acções, ainda a companhia está habilitada para dar um dividendo de 6 por cento.

«Foi nomeada a commissão de revisão de contas, composta dos srs. Moraes, Caetano Ferreira, e Pinto Rocha.

«Alem d'aquellas sommas ficava em caixa o dinheiro correspondente a dividendos anteriores ainda por satisfazer, ou não reclamados.

«No dia 12 do corrente torna a reunir-se a assembléa geral para ouvir e discutir o parecer da commissão, votar o dividendo e proceder ás eleições.

«Damos aos accionistas parabens pela prospera situação d'esta empresa, que, embora de pequeno vulto, é das mais uteis que se têm organizado, devendo-se-lhe indubitavelmente o terem-se evitados muitos naufragios n'esta barra.

«O vapor de reboques, *Foz do Douro*, agora bem se conhece que corresponde perfeitamente ás qualidades que se requerem para o bom serviço que elle foi destinado a prestar ao commercio e á navegacao d'esta praça. Consta-nos que as acções são procuradas.»

Braga.—Segundo se lê n'uma correspondencia digida com data de 3 do corrente ao *Jornal do Porto*, a camara municipal braçarense continuava nas suas obras de plantação de arvoredo e aplanamento do campo de Santa Anna, pelo que, conforme a mesma correspondencia, merecia muitos louvores.

A estrada para o Bom Jesus não seguirá pela directriz ordenada pela camara municipal transacta, mas sim pela rua do Seara, como a nova camara deseja.

A camara tambem projecta construir um largo ou praça no meio d'esta rua para despejo de lenhas.

Arcoz—Foram grandes as demonstrações de respeito, diz o *Jornal do Norte*, que tiveram os povos por onde passa a nova directriz da estrada dos Arcoz, entre o Cavado e a Portella, quando se espalhou a noticia de ter sido approvada pelo governo aquella directriz.

O povo já vae conhecendo que não pôde haver prosperidade nacional sem boa viação publica. Ha poucos annos o povo levantava-se contra as obras publicas; hoje festeja-as.

Bom é que se vão desenganando e caminhando a passos largos para a civilisação.

Caminha.—É espantosa a exportação de madeira de pinho que vae pela barra d'esta villa para al-

guns portos de Hespanha, conforme diz a *Rasão*. O taboado tem subido a grande prego, e dentro em poucos annos, se a exportação continuar, teremos a madeira de pinho tão cara como a de castanho.

ULTRAMAR

Nova Goa.—No *Bombay Times and Standard*, de 9 de janeiro proximo passado, encontra-se uma correspondencia que dá varios promotores sobre a concorrência de estrangeiros que affluirão á exposição do corpo do apostolo das Indias, S. Francisco Xavier, que se acaba de effectuar na antiga capital dos nossos estados da India. Eis ahi o principal paragrafo d'essa correspondencia:

«O que vou dizer é o que pude colligir de varios cavalheiros, que regressaram de Goa a bordo do vapor *Victoria* na noite de 3 do corrente, depois de estarem algum tempo n'aquelle lugar. Posto que ouvi a cada um em separado, as suas asserções são uniformes em quanto aos pontos materiaes; a saber: que a concorrência de estrangeiros a Goa é de quasi toda a India. Gente de Bengala, Agra, Madras, e presidencia de Bombaim, ali se encontra com o fim de visitar o afamado corpo de S. Francisco Xavier; que nos seis dias anteriores á partida do vapor mais de vinte e seis embarcações, vapores, brigue, patamarins, botes, etc., entraram n'aquelle porto com homens, mulheres, e creanças para assistirem á festa; que um estrangeiro que desembarque em Pangim não carece de perguntar qual seja o caminho, ainda que o convento do Bom Jesus na antiga cidade seja distante de Pangim 16 (alías 6) milhas, porque todos os caminhos, que se dirigem aquelle convento, estão constantemente atulhados de povo desde pela manhã até á noite; que a igreja do Bom Jesus é capaz de admitir milhares de pessoas, e que, estando toda cheia de gente que visita o santo, o silencio e ordem que todos espontaneamente guardam é cousa para admirar; que individuos de todas as castas e crencas, hindus, parses, mogoles, arabes, judeus, christãos, catholicos, e protestantes, moplás, chinezes, etc., são vistos simultaneamente no templo visitando o corpo do Thaumaturgo. Que o numero dos visitantes orça por 5 e 6:000 cada dia. Muitos d'estes veem de pontos distantes da India; e repetem suas visitas duas e tres vezes antes de sair de Goa.»

—O *Ultramar*, de 12 de janeiro ultimo, referindo-se ao *Bombay Catholic Examiner*, de 31 de dezembro, diz que a commissão filial de Bombaim, encarregada de colligir objectos para serem enviados á nossa exposição industrial de Goa, tinha desenvolvido muito zelo e actividade, conseguindo premio uma collecção notavel de productos em cada ramo de sciencias, commercio e artes.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 4 do corrente, e de Paris até 30 de fevereiro ultimo.

São de pouca importancia os despachos telegraphicos do theatro da guerra que publicam os jornaes hespanhoes recebidos pelo correio de hoje. Em 3 do corrente o exercito expedicionario continuava a occupar as mesmas posições; e, em consequencia do mau tempo que reinava no Estreito, achavam-se interrompidas as operações por mar.

Alem dos despachos que inserem estas noticias os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:

Turim, 2 de março.—O conde de Cavour publicou uma circular, chamando a attenção da Austria para as consequencias da circular de mr. Bisming, que obriga a alistar-se nas companhias disciplinaes todos os venezianos, cujos antecedentes pareçam hostis.

O jornal italiano *Opinione* afirma que o conde de Cavour respondeu á nota da França, expondo os motivos que o impedem de aceitar os seus conselhos, e solicitando que a França consinta na annexação da Italia central, se o voto das populações for neste sentido.

Vienna, 2.—É oficialmente desmentida a noticia da alliança entre a Russia e a Austria; porem diz-se que esta ultima potencia, sem se ligar por meio de um tractado, não opporá obstaculo algum á politica russa na Turquia.

O imperador, segundo parece, decretou a formação de um conselho do imperio, composto de grande numero de membros. Os representantes das dezotto provincias elegerão quarenta d'esses membros, e o imperador designará os altos dignitarios que hão de fazer parte do conselho, que deve reunir-se, a fim de fixar os orçamentos, examinar as leis, e acceher os representantes provinciaes.

S. Petersburgo, 2.—O jornal official de S. Petersburgo desmente a noticia dada pelo *Morning Chronicle*, relativamente á alliança russo-austriaca.

Paris, 3.—O *Moniteur* de hoje publica uma nota do ministro dos negocios estrangeiros, relativa ás propostas feitas ao Piemonte, e explica os motivos que influiram para que se fizessem essas propostas.

Londres, 3.—O *Morning Chronicle* insiste em que está a ponto de ser assignado o tractado entre a Russia e a Austria; e acrescenta, que, para esse fim, partiu o principe de Hesse de Vienna, sendo portador do tractado, que soffreu algumas modificações.

O jornal inglez acrescenta que o tempo provará que as suas informações são exactas.

Lord John Russell, em sessão de 2 do corrente, pediu ás camaras autorisação para o projecto de reforma eleitoral.

O ministro inglez declarou que o embaixador da Austria negára a existencia do tractado com a Russia.

Os jornaes ingleses occupam-se do discurso pronunciado pelo imperador dos francezes, por occasião da abertura do corpo legislativo. O *Morning Post* approva a parte que trata dos assumptos commerciaes, porem não dá o seu voto ao paragrapho relativo á Saboya. O *Times*, o *Morning Herald*, e os mais jornaes, atacam o projecto de annexação da Saboya.

Nas camaras dos Estados Unidos continuam os escandalos. Ultimamente, mesmo na occasião em que estavam reunidos em sessão, dois representantes passaram a vias de facto.

Munich, 3.—A *Gazeta de Munich* diz que o imperador dos francezes não consente na annexação das Legações ao Piemonte, e que sua magestade tratará de defender a integridade dos estados do papa, modificando a politica que tem seguido até hoje, em vista das complicações que surgiram ultimamente.

Marselha, 3.—Sua santidade respondeu á carta em que Victor Manuel lhe annunciava a sua tenção de occupar as Marcas de Ancona e a Ombrina, manifestando a maior surpresa, e excommungando o rei da Sardenha.

A destituição do prelado reitor da universidade de Roma, e a expulsão de oito estudantes, produziram um motim entre estes ultimos.

O governo romano continua activando as negociações para um emprestimo.

O *Moniteur* de Bolonha aconselha aos electores que presistam na idéa da annexação ao Piemonte.

FRANÇA

O *Constitutionnel* diz que a viuva Bertin, sobrinha de mr. Rousseau, antigo bispo de Orleans, di-

rigiu ao procurador geral do tribunal imperial de Paris uma queixa por diffamação contra mr. Dupauloup.

—O *Moniteur* de 29 de fevereiro ultimo publica na sua parte official a ratificação, por decretos datados de 24 d'esse mez, das duas eleições que tiveram ultimamente lugar na academia das sciencias moraes e politicas. Quanto á eleição de mr. Lacordaire para a academia franceza, o jornal official nada diz.

—O *Constitutionnel* publica um artigo, no qual pretende demonstrar que as estipulações de Villafra e de Zurich não são invalidadas pela impossibilidade da restauração dos principes. O jornal francez sustenta que entre a França e a Austria «ha um interesse superior que as liga e as convida, não a separarem-se, mas a fazerem alguma combinação. Para a Austria, é a conservação da provincia veneziana; para a França, é a independencia absoluta da Italia desde os Alpes até ao Minicio.»

O *Constitutionnel* sustenta tambem que o Piemonte tem o maior interesse em não comprometer os beneficios do tractado de Zurich, e pensa «que em Turim não se atterá menos aos conselhos da França do que aos serviços que essa potencia tem prestado.»

ITALIA CENTRAL

Mr. Ricasoli acaba de prohibir na Toscana a publicação de cinco jornaes catholicos. Essa prohibição é devida a que os jornaes em questão «perturbam as consciencias e confundem as eternas verdades da religião com os interesses mundanos, ultrajando pelo erro a fé e a civilisação, não poupando nas suas machinacões e nas suas injurias nem os povos, nem os governos, nem mesmo o defensor de Roma, o imperador dos francezes.»

A medida adoptada por mr. Ricasoli é considerada por alguns jornaes pouco favoravel á politica da annexação.

AUSTRIA

No jornal inglez *The Press* lê-se o seguinte:

«Temos todas as razões para crer que o imperador da Austria está resolvido a fazer cessar o descontentamento, tão antigo e tão inveterado, de seus subditos, reconhecendo o direito que lhes assiste de tomarem parte no governo da sua patria. Para se conseguir este fim, será muito brevemente proclamada uma constituição liberal. Não obstante esta medida de alta politica ser ha muito tempo projectada pelo imperador Francisco José, só agora poderam ser removidas as innumeras difficuldades suscitadas pela legislação de um paiz tão extenso e heterogeneo.

«O Tirol não esperou pelo novo regimen para voltar ao seu estado de socego; e, segundo as informações que temos, os projectos de reforma, satisfaziam plenamente as exigencias tanto da Hungria como da provincia veneziana. Diz-se que o ministro da fazenda da Austria foi o escolhido como sendo a parte da administração que mais convenientemente pôde ser entregue a um representante do povo. Os privilegios constitucionaes dos subditos do imperador da Austria ficarão tendo a mesma origem que os ingleses. N'esta epocha de crise, na politica da Europa, tudo quanto é relativo á situação interior da Austria, tem um interesse muito particular e uma significação excepcional.

«Com subditos contentes e em estado de prosperidade, o imperador é incapaz de soffrer que a antiga autoridade do seu paiz, seja posta em duvida pelas tentativas rivais. A Austria, como se sabe, só pede tempo para reparar as perdas que soffreu na ultima guerra. Podemos acrescentar que se nota hoje a maior actividade no ministerio da guerra em Vienna, e que em caso de uma nova guerra, o exercito austriaco será commandado por um joven general, cuja intelligencia inspira a maior confiança. O official de que fallamos, é um dos membros da familia de Hesse.»

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO IMPERADOR D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

1.º MARÇO

BAROMETRO (PRESSÃO) THERMOMETRO (TEMPERATURA) PSYCHROMETRO (HUMIDADE) ANEMOMETRO (VENTO)

Millimetros Graus C. Por 100 Rumos

9 m. 758,22 11,4 70,3 ESE.

3 t. 756,10 12,0 86,2 ENE.

DIA 6.

Maxima—temperatura..... 20.0 C.

Minima 8.7

Ozone (de dia) 4.5

Chuva (dominante) 0.0 MIL

Evaporação (vaporimetro) 9.2

Altura barometrica correcta.

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 7 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Vasco da Gama, vapor paquete inglez, capitão J. Ducaete, de Glasgow em 7 1/2 dias, com fazendas a G. A. Hancock & Comp.; 13 pessoas de tripulação.

Douro, vapor paquete inglez, capitão T. Barrom, de Liverpool em 5 dias e 16 horas, com ferro e fazendas a G. A. Hancock & Comp.; 16 pessoas de tripulação e 6 passageiros.

Lusitania, vapor paquete portuguez, capitão J. X. Contente, do Porto em 14 horas, com fazendas a G. A. Hancock & Comp.; 31 pessoas de tripulação, 1 mala, e 138 passageiros.

Maria Lopes, palhaote portuguez, capitão A. de Jesus, de Almeria em 18 dias, e de Faro e Olhão em 4, com chumbo e mais generos a Cruz & Comp.; 11 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Isabel Maria de Jesus com uma irmã, portuguezas.

Termômetros—Todos os termômetros são reportados recebido pela comissão de Kew. (V. o *Diário do Governo* de 1856.)

O termómetro *exposto* está situado em espaço inteiro ao sol, à chura, ao orvalho. Quando suceder, que no momento *doce* ou *quente* a elle, respectiva ultima columna do quadro *doce* ou *quente* (B), *chura munda* ou (B), *chura forte* (B), *chura munda* ou (B), *chura forte* (B), *chura forte* (B) e o instrumento está (B).

O termómetro à *sombra*, ao abrigo da chura, e da irradiação ao ar perfettamenteemente livre, *extra-muros* da casa dos instrumentos, nas 4 pontas cardeas do horizonte, e, assim como exposta a embate algum. Outro termómetro à *sombra* pondo de rotação em torno de um eixo vertical, e lido a distancias de 1.º (V. a descrição do *recinto* das *thermos* no prefacio I.ano (1854-1855) deste observatorio.

As *temperaturas médias diurnas* do quadro das observações lidas a distancias das temperaturas das 9 h. da manhã e das máximas e mínimas absolutas.

Termômetros das temperaturas limites—Abrigados e da irradiação, estão ao ar perfectamente livre *extra-muros* dos instrumentos. As temperaturas, *máxima* e *mínima*, de cada dia registadas noite. (V. o prefacio aos *Trabalhos* do I.ano.)

METEOROLOGICO DO INFA
ude + 58° 45' 15",4. Longitude + 9° 8' 19",3. C
QUADRO DAS OBSER

LEILÃO
10 NO DIA 19 DO CORRENTE, á uma hora da tarde.

THEATRO DE VARIEDADES
Hoje 8 de março, e sabbado 10: *A Coroa de Carlos Magno.*

1860					ANEMÓGRAPHO				SERENIDADE DO CEU				NUVENS			
JANEIRO					RUMOS DOS VENTOS				GRAUS MÉDIOS				CONFIGURAÇÃO			
DIAS E FINEZES DA LUZ		9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite	9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite	9 h. da manhã	Meio dia	3 h. da tarde	9 h. da noite			
1	SSO.	OSO.	SO.	SO.	0	1	2	0	(B.) Ni.	C-Ni, C, Ci, St.	C, C-Ni, C-Ci, St.	Told.				
2	ESE.	SSE.	S.	SSO.	7	1	5	0	Ci, C-St.	Ci-C, Ci, C, C-St,	Ci, Ci-St, St, Ni.	Ni.				
3	ONO/OSO.	OSO.	OSO.	OSO.	2	0	0	0	Ci, C-Ci, St, Ni-C.	Ni, Ci, St,	(B.) Ni.	Ni.				
4	OSO.	OSO.	OSO.	OSO.	0	0	0	0	(B.) Ni.	(B.) Ni.	(B.) Ni.	Ni.				
5	OSO.	O.	ONO.	N.	0	0	3	6	Ni.	Ni.	C-Ni, C, C-Ci.	C-Ni, C.				
6	O.	ONO.	N.	ONO.	2	5	6	6	(B.) C-Ni, Ni, C-St.	C-St, C-Ni, Ni.	C-St, C-Ni, Ni.	C-St, C-Ni, Ci.				
7	N.	NE.	NNE.	NNE.	10	10	10	10	C. St.	C. St.	C-St, C-Ni, Ni.	St ao norte.				
8	NNE.	NNE.	NNE.	NNE.	1	0	0	1	C. St.	Enet. e	Ci-St, C-Ci, C-Ni, e	Ci-St, C-Ni, Ni.				
9	NE.	NE.	SO/NE.	SSE/NE.	3	3	2	5	Ci, Ci-C, St,	Ci, Ci-C, St, C.	Ci-C, Ci, St. C.	C-Ci, C-St, C.				
10	ENE/S.	SO/NE.	NNE/S.	ESE.	0	0	1	0	C-St, St, Ni. e	C, C-Ni, C-Ci, e	C, C-St.	Ni.				
11	S/NE.	SO/SE.	SO/SE.	SSO/ENE.	0	6	2	5	C-St, St, Ni, e	C, C-St.	C, C-Ni, C-St.	C, C-Ci, C-St.				
12	E.	NE.	ENE.	C.	0	0	2	6	Told.	C-St, C-Ni, Ni, e	C-St, C, Ni.	Ni.				
13	SE.	NNO.	SSE.	SO.	0	0	0	0	Ni, Ni-C.	(B.) Ni.	(B.) Ni.	Ni.				
14	N.	NNO.	SSE.	NO.	5	5	7	0	C-St, Ci-C, C.	C-St, C.	C-St, Ci, C, St.	St-C.				
15	N/OSO.	O/so.	S.	SSE.	10	8	7	0	St.	C-St, Ci-C.	Told.	Ni.				
16	NNO.	N.	N.	SSE.	0	0	0	0	St, Ci-C, C-St.	Ci, Ci-C, St, C-St, e	C-St, C-Ni, Ni.	Ni, Ni-C, e				
17	NO.	NNO.	NO.	S.	3	2	1	1	C-St, C-Ni, Ni, C-Ci.	C, C-St, C-Ni.	C, C-Ni, Ni, Ci.	C, Ci-Ni, C-St, C-Ci.				
18	O.	ONO.	ONO.	NO.	0	1	1	2	(B.) Ni, C-Ni, e	C-Ni, Ni, Ci.	C-Ni, Ni, C, Ci.	Ni.				
19	NNO.	NNO.	NNO.	NNO.	7	4	0	0	Ci, C, C-Ni.	C, Ci, C-Ni.	C-Ci, C, C-Ni, St, e	Ci, C-Ci, St, e				
20	OSO.	OSO.	OSO.	O.	0	0	0	0	(B.) Ni, C-Ni, e	(B.) Ni.	(B.) Ni.	Ni-C, Ni.				
21	OSO.	O.	O.	OSO.	0	0	1	4	Ni.	Ni, Ci, C-Ni, e	C-Ni, C	C-Ni, C-St, C.				
22	O.	O.	O.	OSO.	0	0	0	0	(B.) Ni, Ni-C, e	(B.) Ni.	Ni, C-Ni, e	C-Ni, C-St.				
23	O.	O/so.	SO.	SO.	0	6	0	3	C, C-Ni, e	C, C-Ni, C.	Ni, C-St, C.	Ni, C-St.				
24	OSO.	NO.	NO.	ONO.	2	6	3	10	(B.) Ni, C-Ni, e	C-Ni, C, Ni.	C, C-St.	C, C-St, C-Ni.				
25	ONO.	NE.	S.	OSO.	0	0	0	0	C, C-St, Ni.	C, C-St.	Told.	St-C.				
26	OSO.	NO.	NO.	ONO.	0	4	4	9	Told.	C-Ni, Ni, C-Ci, St.	C, C-Ci, Ci.	Ci, Ci-St.				
27	OSO.	NO.	ONO.	NO.	0	4	4	9	C-St, C.	C-St, C.	St-C, C.	Ci, Ci-St.				
28	NNO.	N.	NNO.	N.	6	5	8	9	C, C-St, Ci.	C, C-St, Ci.	C-St, C-Ni, Ci, e	Ci, St, Ni.				
29	NNO.	NNO.	NNO.	NO.	6	2	0	0	C, C-Ni, e	C-Ni, Ni, C-St, e	C-Ni, Ni, C-St, e	Told.				
30	O.	O.	ONO.	O.	0	0	0	0	Ni, C-Ni, C, e	C, C-Ni.	C-Ni, Ni, C-St, e	C-Ci, Ni, Ci, e				
31	OSO.	OSO.	O.	O.	0	1	0	0								
MÉDIAS		das decadas	1. ^a	Vario	Vario	Vario	Vario	Vario	2,5	2,0	2,5	2,5				
		do mes	2. ^a	q. NO.	q. NO.	q. NO.	q. NO.	qq. NO. e SO.	2,8	2,6	2,0	2,3				
			3. ^a	q. NO.	q. NO.	q. NO.	q. NO.		1,3	2,3	1,9	4,3				
		q. NO.	q. NO.	qq. NO. e SO.	qq. SO. e NO.	2,2	2,3	2,1	3,1							

metrícia é uma escala cromática, que consiste em 21 graduações, sendo representada por 21 a mais intensa das cores, e até 16, as excessivamente mais fracas: zero exprime o colorado — nenhuma impressão no papel sensível (no ozono equivalente da cor, que o papel preparado tomou pela sua exposição de 12 h. consecutivas, é o que se chama *grau médio ozonológico* — a média ozonométrica de do dia — é a média dos resultados da noite antecedente às 8 h. da noite desse dia: é a semelhança).

Exemplo: o de Berginy: o papel de James Sedán; tomando, por exemplo, a 16, *traz* para fazer a confusão decimal.

negação das configurações das nuvens é a nomenclatura de da porção descoberta do céu é a *convenção dos decimos*. 10 n nuvens: 0, totalmente coberto; os números entre 0 e 10, os Estes algarismos designam o que se tem convenicionado chamar *serenidade do céu*, ficando em céu coberto (*serenidade*=0) intervalos de tempo, deixando o sol descoberto, ou alguma diferença *nuvens e claros*. Quando a serenidade está marcada nua, contudo, alguma nuvem, entende-se, que é em nui di mas que convem notar.

mezas de 31 dias a 3 *decada* abrange também o ultimo dia. meza somente de 8 ou 9 dias.

chadas d'arrie—constantes—das observações *directas*: 9 h. da h. da tarde, e 9 h. da noite.

ções, abrevaturas.—S., Sul forte, N., Norte violento, E./s.o., uma superior E., e outra inferior NO.: o mesmo se aplica. S./s.g. c. indica *Siratus* correndo para o Sul e *Cumulus* ornento, etc. C. na columna dos ramos dos ventos quer dizer St.-Ci. C., C-Ni, etc. significam *Cumulus*, *Cirrus*, *Nimbus*, *us*, *Cumulus*, *Cumulo-Nimbus*, etc. c., *claros*.

Ayuntamiento de Madrid